

**ISCTE**  **IUL**  
**Instituto Universitário de Lisboa**

Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Os Impactos do Programa de Ajustamento Estrutural no Sector de  
Educação em São Tomé e Príncipe

Kolmer Ramos Costa Neto

Dissertação elaborada para obtenção de Grau Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Aline Afonso

Investigadora Associada, Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL

Co-orientadora:

Doutora Ana Larcher Carvalho

Professora Auxiliar Convidada, ISCTE-IUL

ISCTE - Instituto Universitário Lisboa

Outubro, 2017

## **Agradecimentos**

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a todos que contribuíram para elaboração deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora de Mestrado, a Professora Doutora Aline Afonso bem como à co-orientadora Doutora Ana Larcher Carvalho, pela paciência e por todo o esforço dedicado à orientação da minha dissertação.

Agradeço a todos os professores que contribuíram com os seus ensinamentos enquanto fui aluno de Mestrado.

Agradeço aos meus pais, que sempre acreditaram em mim, pela força e compreensão disponibilizadas nos momentos menos bons.

Finalmente, um grande agradecimento aos meus irmãos, amigos e colegas que me apoiaram nesta caminhada e sempre acreditaram em mim.

## **Resumo**

Os Programas de Ajustamento Estrutural surgiram nos anos 80 como solução para os países com dívidas externas elevadas, sendo aplicados a inúmeros países africanos. A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) não foge a regra. Por se encontrar altamente endividada, sem recursos para suprir as suas necessidades básicas e resolver o problema da balança comercial, viu-se na obrigação de recorrer à intervenção das instituições financeiras internacionais (nomeadamente o Fundo Monetário Internacional) que, em contrapartida, requeria a implementação de Programas de Ajustamento Estrutural (PAE).

Os PAE tinham como objetivo a correção dos desequilíbrios estruturais económicos incluindo, a curto prazo, a redução ou eliminação dos défices da balança de pagamentos e dos orçamentos públicos numa combinação de medidas baseadas fundamentalmente em pressupostos neoclássicos que as instituições financeiras internacionais preconizam para tirar os países da crise financeira e relançar as suas economias (Mosca, 2005).

As expectativas da aplicação destes programas em STP eram altas, mas os seus resultados ficaram aquém das expectativas (Banco Mundial - BM, 1987:34), tendo sido objeto de crítica, notadamente em face da degradação social, do empobrecimento, do desemprego e da lentidão na recuperação da economia. Uma das áreas sociais em que os impactos negativos se fizeram sentir com particular força foi o sector da educação.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos dos Programas de Ajustamento Estrutural promovidos pelo FMI e BM no Sector da Educação em São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: ajustamento estrutural, neoliberalismo, educação e económica.

## **Abstract**

Structural Adjustment Programs (SAP) emerged in the 1980's as a solution for countries with a high external debt, being applied to many African countries. The Democratic Republic of Sao Tome and Principe did not escape this reality. Highly indebted, with limited resources to meet the basic needs of the population and solve the problems of their trade balance, it was forced to resort to the support of international financial organizations that required the implementation of programs of structural adjustment.

The structural adjustment programs aimed at correcting structural economic imbalances including, in the short term, reducing or eliminating balance of payments deficits and public budgets in combination with a series of measures based fundamentally on neoclassical assumptions that the international financial institutions advocate to remove countries from the financial crisis and to relaunch their economies (Mosca, 2005).

The expectations behind the application of these programs were high, but the results fell short of expectations (World Bank, 1987:34) and were widely criticized in the face of social degradation, impoverishment, unemployment and slowness of the economic recovery. One of the social areas in which the negative impacts were felt with particular force was the education sector.

The purpose of this study is to analyze the impact of SAP in the Education Sector in São Tome and Principe imposed by the IMF and the World Bank in the 1980s.

**Keywords:** structural adjustment, neoliberalism, education and economic.

## 1 Índice

2	Introdução .....	10
2.1	Metodologia de Trabalho .....	12
2.2	Uso de Fontes.....	13
2.3	Limitações do Trabalho .....	14
2.4	Estrutura do Trabalho .....	14
3	Enquadramento Teórico .....	17
3.1	Neoliberalismo e Programas de Ajustamento Estrutural .....	17
3.2	Situação Económica na África Subsariana e o Aumento da Dívida.....	20
3.3	Implementação dos PAE na África Subsariana.....	22
3.4	Educação e Desenvolvimento .....	24
4	São Tomé e Príncipe – Aspetos Políticos, Económicos e Sociais.....	26
4.1	Aspectos políticos.....	26
4.2	Aspectos económicos.....	27
4.3	Contexto social .....	31
5	Os Programas de Ajustamento Estrutural em São Tomé e Príncipe.....	32
5.1	Mudanças Políticas e Económicas – Visão Geral.....	33
5.2	Primeira Fase de Estratégia de Desenvolvimento Pós-independência: 1977.....	34
5.3	Segunda Fase da Estratégia de Desenvolvimento: a partir de 1985.....	35
5.4	Liberalização da Economia: a partir de 1984 .....	38
5.5	Programa de Ajustamento Estrutural: a partir de 1988.....	40
5.6	Evolução da II República: de 1991 a 2000.....	44
5.7	Crise Económica da Década de 90 – Incumprimento dos Objetivos dos Programas de Ajustamento Estrutural .....	44
5.8	Programa de Ajustamento Estrutural – Impacto Social .....	46
5.9	Programa de Ajustamento Estrutural – Impactos (1986-96) .....	47
6	Os Impactos do PAE no Sector de Educação em STP. ....	49
6.1	A educação Antes do Ajustamento estrutural .....	50
6.2	Educação Durante os Programas de Ajustamento Estrutural (1988-1997) .....	52
6.3	O sector da educação após os PAE.....	59
6.3.1	Sistema Educativo a partir de 1998.....	59
6.3.2	Evolução das Despesas com Educação entre 1997 e 2000 .....	61

6.3.3	Relatório de Avaliação Nacional - Marco de Dakar.....	62
6.3.4	Tendências mais recentes do Sistema de Ensino em STP .....	63
6.3.5	Obstáculos à Melhoria do Ensino em STP .....	67
6.3.6	Ensino Superior em São Tomé e Príncipe – Obstáculos.....	68
7	Conclusão .....	70
	<b>Bibliografia</b> .....	<b>73</b>

## Índice de Quadros

Quadro 1 – População Empregada por Ramo de Atividade/Género.....	Pag. 30
Quadro 2 – Produção e Exportação de Cacau 1974 – 1981.....	Pag. 36
Quadro 3 – Produção e Exportação de Cacau 1982 – 1987.....	Pag. 37
Quadro 4 – Comparação de Orçamento-Educação Antes e Depois PAE	Pag. 50
Quadro 5 – Estabelecimento escolares por Distrito e Por N. de ensino..	Pag. 55
Quadro 6 – Evolução de Despesas com Educação 1997 – 2000.....	Pag. 61
Quadro 7 – Evolução de Acesso a Ensino em STP.....	Pag. 65
Quadro 8 – Taxa de Inscrição Diferentes Classes 2002 – 2011.....	Pag. 66

## Índice de Figuras

Figura 1: Défice das Contas Públicas/Países da África Subsariana .....	Pag. 22
Figura 2: Evolução do PIB e o Crescimento Demográfico (1990 - 2000)	Pag. 28
Figura 3: Evolução do PIB e o Crescimento Demográfico (2000 - 2006)	Pag. 29
Figura 4: Evolução de Taxa de Inflação STP (1981-2009).....	Pag. 35
Figura 5: Percentagem de Alunos por Género (1980 – 1986) .....	Pag. 52
Figura 6: Percentagem de Alunos por Género (1989 – 1994) .....	Pag. 57
Figura 7 Evolução de Taxa de Alfabetização STP 1993 – 2005) .....	Pag. 60
Figura 8: Diagrama do Sistema Educativo Santomense.....	Pag. 63

## **Glossário de Siglas**

<b>ACEP</b>	Associação Para Cooperação Entre Povos
<b>ADI</b>	Acção Democrática Independente
<b>AE</b>	Ajustamento Estrutural
<b>APD</b>	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CGD</b>	Caixa Geral de Depósitos
<b>CTT</b>	Correios Telégrafos e Telefones
<b>EDP</b>	Energia de Portugal
<b>EUA</b>	Estados Unidos de América
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FONG-STP</b>	Federação de Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe
<b>IDF</b>	Instituto Diocesano de Formação
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IVF</b>	Instituto Vale Flôr
<b>ME</b>	Ministério de Educação
<b>MLSTP</b>	Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe
<b>ONG</b>	Organizações Não-governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAE</b>	Programa de Ajustamento Estrutural
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Português
<b>PCD/GR</b>	Partido de Convergência Democrática/ Grupo de Reflexão
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas Para Desenvolvimento
<b>REN</b>	Redes Energéticas Nacionais
<b>STP</b>	São Tomé e Príncipe
<b>TAP</b>	Transporte Aéreos Portugueses
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo Das Nações Unidas Para Infância

## **2 Introdução**

O presente trabalho analisa os impactos do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) no sector de educação em São Tomé e Príncipe. Este estudo mostra-se importante porque a educação é considerada como um dos pilares do desenvolvimento, promotora de conhecimento e recursos humanos qualificados.

Segundo António Caleiro (2010:135), existe uma inter-relação positiva entre Educação e Desenvolvimento, facto merecedor de um consenso generalizado. Decerto, o investimento em educação pode permitir alcançar um maior e melhor nível de desenvolvimento. Investir em Educação significa instruir, construir e reconstruir uma sociedade mais equilibrada, ao fornecer a cada individuo a “arma” necessária para reivindicar os seus direitos enquanto cidadão e consciencializá-lo dos seus deveres e obrigações na construção de uma sociedade mais justa.

Os PAE, promovidos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, surgem no fim dos anos 80 como uma solução para muitos países com dívidas externas elevadas. O nosso interesse surge na medida em que as políticas implementadas através de vários PAE em São Tomé e Príncipe, para reduzir as despesas e equilibrar as contas do Estado, parecem ter refletido negativamente no sistema de educação deste Estado.

Os PAE têm na sua base o pensamento neoclássico, defensor das trocas comerciais e um mercado livre, além da “não intervenção” do Estado nas políticas económicas. São, assim, programas de reforma económica, que visam um conjunto de medidas para controlar as despesas do Estado, consolidar e liberalizar a economia (Giovanni, 1999:77).

Os PAE estão fortemente enraizados na doutrina do neoliberalismo, difundida por Hayek em “O Caminho da Servidão” (1944), entre outros, como uma alternativa às políticas Keynesianas. Os problemas derivados da I Guerra Mundial e da Crise de 1929<sup>1</sup> permitiram questionar as soluções clássicas e neoclássicas desenvolvidas para lidar com

---

<sup>1</sup> A Grande Depressão, conhecida também por Crise de 1929, é entendida como uma grande depressão económica com início em 24 de outubro de 1929 e terminada com a II Guerra Mundial. A Crise de 1929 foi considerada a pior e o mais longo período de recessão económica do Século XX. Esta crise causou altas taxas de desemprego, quedas na produção industrial, desvalorização da moeda e, consequentemente, a queda do PIB. É de realçar que a Grande Depressão já havia dado sinais em julho de 1929, causando um período que podemos chamar de leve recessão económica, o qual estendeu-se até 24 de outubro no mesmo ano, quando os valores das ações de Bolsa de Nova Iorque caíram de forma drástica, desencadeando a Quinta-Feira-Negra.

o aumento contínuo dos índices de desemprego e da inflação (Samuelson; Nordhaus, 1999)<sup>2</sup>.

Apesar dos PAE estarem associado aos anos 80 e 90, altura em que foram aplicados em vários países e continentes, esta designação já foi abandonada pelo FMI em muitos dos seus programas, apesar de políticas de ajustamento serem ainda hoje implementadas sob outras formas e designações (Estratégia de Redução de Pobreza, *Poverty Reduction and Growth Facility* e *Extended Credit Facility* no FMI), continuando a produzir efeitos no contexto social, político, e económico, daí a pertinência da presente análise.

A partir de 1987, foram introduzidos em STP vários Pacotes de Ajustamento Estrutural:

- Primeiro Programa de Ajustamento Estrutural (SAP de 1987 a 1989),
- Segundo Programa de Ajustamento Estrutural (SAP II de 1990 a 1993),
- Terceiro Programa de Ajustamento Estrutural (SAP III de 2000 a 2004).

São Tomé e Príncipe tem ainda vários outros créditos com o FMI, sob a égide dos Programas de Redução da Pobreza e *Extended Credit Facility*, os quais continuam as políticas de ajustamento estrutural.

Estes programas, ao promoverem a redução das despesas do Estado e a redução do Estado Social, tiveram repercussões importantes nos sectores sociais. É nesta perspetiva que surge a preocupação em analisar as consequências destas políticas na dimensão social, mais concretamente no sistema educativo de STP.

As análises existentes apontam para a degradação do sistema educativo em STP, muito por causa da fraca capacidade do Estado em obter recursos financeiros, materiais e humanos para melhorar o sistema educativo. Ao longo dos anos e por vários governos, tem-se assistido a cortes nas despesas com educação, através da redução do pessoal, contratação de pessoal não qualificado, falta de equipamentos e materiais, atraso nos inícios dos anos letivos e falta de subsídios escolares ou sociais aos alunos e famílias

---

<sup>2</sup> A macroeconomia keynesiana tem como premissas que políticos e forças exógenas diferentes fazem mover a economia, e que os Estados têm o papel fundamental de estimular as economias em momentos de crise e recessão económica (Samuelson; Nordhaus, 1999:442). Trata-se, portanto, de um modelo que questiona o imperialismo do mercado e propõe o fortalecimento do papel do Estado, especialmente por meio da política orçamental e monetária. O keynesianismo propõe que os governos estimulem a economia e ajudem a manter os níveis elevados de produção e de emprego (Samuelson; Nordhaus, 1999:624).

com dificuldades económicas, fatores que exercem grande pressão sobre a qualidade de ensino no Estado (Cardoso, M. 2005:272-317).

Assim, a hipótese que se coloca neste trabalho é que a fraca qualidade no sector do ensino está relacionada com algumas das medidas impostas pelos PAE para reduzir as despesas do Estado, com o objetivo de reestruturar a economia.

A questão central do presente estudo é analisar os impactos dos Programas e Medidas de Ajustamento Estrutural e averiguar até que ponto estes contribuíram para a degradação do sistema educativo em STP.

Para responder a esta questão, foram definidos os seguintes objetivos:

- Analisar em que contexto os programas foram introduzidos em STP, a partir de uma análise da situação política, social e económica do país (Capítulo 3).
- Analisar as características dos PAE em STP e os impactos da aplicação destes na economia (Capítulo 4).
- Analisar os impactos dos PAE no sector da educação (Capítulo 5).

Pretende-se contribuir, através deste estudo, para a formulação de melhores políticas educativas em STP.

## **2.1 Metodologia de Trabalho**

O trabalho utiliza essencialmente uma metodologia qualitativa, tendo em consideração os objetivos apresentados. A metodologia qualitativa busca descrever as características de uma determinada situação fazendo o cruzamento entre as várias informações disponíveis, para, assim, criar informações precisas e concisas (Nogueira, 2007:41).

Optou-se por um estudo de caso descritivo para orientação da investigação, selecionando-se para tal o impacto dos Programas de Ajustamento Estrutural em São Tomé e Príncipe, mais concretamente, no seu sistema educativo. Como preconizado na metodologia qualitativa, o investigador deve estabelecer um contacto direto com o meio e com o seu objeto de estudo. Assim, o trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica e foi complementado com trabalho de campo.

O trabalho de campo baseou-se na recolha de dados empíricos, através de entrevistas a atores chave para recolher informações sobre as causas e as consequências da

implementação dos PAE. O trabalho de campo contou com a participação de 10 indivíduos, dos quais 4 em STP, 3 em Inglaterra e 3 em Portugal, de forma enriquecer e aprimorar as informações obtidas através da análise documental. As perguntas foram elaboradas com o propósito de obter informações sobre os PAE, as dificuldades encontradas durante aplicação das medidas de contenção de despesas, o sector da educação e a sua situação e, sobretudo, os impactos dos PAE no sector da educação. Ao longo da investigação e elaboração do presente trabalho foi frequente o recurso à metodologia comparativa, para fazer comparações de casos, situações e/ou eventos que ocorreram em momentos distintos com relevância para a pesquisa.

Ao longo deste trabalho será possível notar a utilização de metodologia quantitativa, nomeadamente quanto aos dados estatísticos, utilizados para as análises quantitativas em épocas e situações diferentes, de forma a recolher informações relevantes para a pesquisa. No entanto, ressalta-se que os dados quantitativos existentes são limitados.

## **2.2 Uso de Fontes**

Em conformidade com os objetivos da investigação, pretende-se analisar as questões levantadas com base em fontes documentais, fontes estatísticas e entrevistas.

No que diz respeito às fontes documentais, foram consultados documentos como relatórios, atas de congressos e estudos, salientando-se os seguintes relatórios de organizações internacionais: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano em STP - 2014; Relatório do FMI nº 14/2 e os Relatórios do Banco Mundial (*Structural Adjustment Program – STP, International Development Association – Country Assistance Strategy for STP, etc.*).

Relativamente às fontes estatísticas, recorreu-se aos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de STP e, por fim, às fontes bibliográficas, como livros, jornais e revistas, publicações, teses, dissertações, entre outros, descritos na bibliografia.

A elaboração e aplicação de entrevistas semiestruturadas permitiu colocar um conjunto de perguntas a entrevistados chave, que incluíram:

- Funcionários Públicos ligados à educação, nomeadamente professores;
- Estudantes;
- Informantes chave, que comportam algumas características, tais como:
  - Ter participado nas negociações para entrada e aplicação dos PAE;

- Ter acompanhado a aplicação dos PAE e a entrada em vigor das medidas indicadas por este programa;
- Ter, de alguma forma, experienciado os efeitos dos PAE na sua própria vida.

As entrevistas, realizadas em espaços diferentes (São Tomé e Príncipe, Inglaterra e Portugal), buscaram explorar uma diversidade de universos para recolher informações úteis à abertura de um caminho a novas ideias e, dessa forma, contribuir para a diversidade das perspetivas com o enriquecimento do trabalho.

As perguntas orientaram-se de acordo com a posição dos informantes em relação ao problema. Pretende-se também recolher diferentes perspetivas sobre as situações vividas e enfrentadas por indivíduos de diferentes grupos sociais da sociedade santomense que, de certa forma, acompanharam, direta ou indiretamente, a implementação do programa.

### **2.3 Limitações do Trabalho**

Foram constatadas graves limitações quanto à informação disponível, tanto sobre os PAE como sobre os seus impactos ou sobre a situação económica e social em STP. Além da escassez de estudos e análise, muitos destes não estão atualizados, o que também se verificou quanto aos dados estatísticos.

Para suprir este obstáculo, foram utilizados dados e informações de alguns relatórios internacionais sobre STP, nomeadamente os relatórios do FMI, PNUD (Programa das Nações Unidas Para Desenvolvimento), relatórios e estudos publicados pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas Para Infância); estudos do Banco Mundial; trabalhos levados a cabo por Organizações Não-Governamentais, nomeadamente o Instituto Vale Flôr, a ACEP (Associação para Cooperação Entre os Povos) e a FONG-STP (Federação de Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe).

### **2.4 Estrutura do Trabalho**

Este trabalho está organizado em quatro capítulos:

O primeiro Capítulo deste dedica-se ao enquadramento teórico dos PAE, tendo como objetivo analisar a ideologia que esteve na base da sua promoção e os processos de implementação na África Subsariana, além de apresentar o debate sobre os seus

impactos nesta região. Pretende-se ainda tratar da relação entre a educação e o desenvolvimento, e discutir a sua aplicação no contexto da África Subariana e de STP.

Este enquadramento dar-nos-á uma base para analisar as hipóteses aqui levantadas, nomeadamente até que ponto os PAE tiveram um impacto negativo na educação.

O segundo Capítulo dedica-se à análise do contexto em que os PAE foram introduzidos em STP, problematizando a sua aplicação no processo de desenvolvimento deste país. Sendo um Estado com poucos recursos e uma economia fragilizada, viu-se neste programa uma solução para a reestruturação do sector produtivo e a estabilização da balança comercial. Será aqui também feita uma análise da evolução do sector da educação em São Tomé e Príncipe.

O terceiro Capítulo analisa os objetivos do PAE e as características dos vários pacotes de ajustamento que foram sendo implementados. Os PAE preconizavam que, com vista à estabilização financeira do país, a diminuição da dívida e a melhoria do desempenho económico, era necessário seguir um conjunto de medidas que visavam reduzir as despesas, incluindo as despesas sociais (saúde, educação e políticas sociais), e liberalizar o sector produtivo, o que passava pela privatização das grandes roças de cacau, café e empresas públicas. Os empréstimos que o BM e o FMI concediam ao país através dos PAE eram atribuídos por fases, de acordo com o cumprimento de objetivos pré-estabelecidos. Caso se verificasse o incumprimento desses objetivos, as fases (tranches) subsequentes poderiam estar comprometidas, o que descredibilizaria o país perante estas instituições. Todo este conjunto de políticas e medidas impostas, como vai ser analisado na sequência deste trabalho, estava direcionado à área económica e financeira do Estado, havendo pouca ou total ausência de políticas concretas para, por um lado, minimizar os efeitos negativos da aplicação dos PAE e, por outro lado, para promover a estabilidade e o desenvolvimento social.

No último Capítulo, pretende-se analisar os impactos das medidas dos PAE no sector da educação. Pretende-se demonstrar que estes programas afetaram a qualidade da educação no país. Faltaram políticas concretas, com objetivos claros, o que impossibilitou a transformação dos PAE em motores de desenvolvimento político, social e económico. Este capítulo pretende apontar algumas falhas desde a independência (partido único, posteriormente multipartidarismo), dos programas e ações de Ajustamento Estrutural e da monitorização dos mesmos até a data presente, para

que, desta forma, fiquem explícitos os erros que se foram cometendo ao longo das décadas, os quais, por sua vez, refletiram gravemente na educação e no próprio desenvolvimento social e económico do país.

### **3 Enquadramento Teórico**

Este capítulo dedica-se ao enquadramento teórico dos PAE, analisando as correntes do pensamento económico que estiveram na base da sua formulação, bem como o papel das instituições internacionais que promoveram a sua aplicação: o FMI e o BM são Instituições Financeiras Internacionais, também chamadas de Instituições de Bretton Woods, criadas depois da II Guerra Mundial para evitar crises como a de 29 e assegurar a estabilidade financeira no mundo. O FMI foi criado como um banco para garantir que os Estados pagassem as suas dívidas, e o Banco Mundial ficou responsável pelo investimento para o desenvolvimento, embora nas décadas seguintes tenham havido mudanças nessas atribuições. Estas duas instituições impõem uma série de condicionalismos para os países poderem aceder a financiamentos, nomeadamente a aplicação dos PAE.

#### **3.1 Neoliberalismo e Programas de Ajustamento Estrutural**

Apesar do FMI declarar que não existe uma doutrina oficial sobre o ajustamento estrutural, as medidas que propõe e implementa variam muito pouco de país para país, o que faz pressupor a presença de uma doutrina oficial (Alves da Rocha, 2006:36). Os Programas de Ajustamento Estrutural vão utilizar da essência do conceito de neoliberalismo para reorganizar e reestruturar o aparelho económico do Estado e torná-lo mais rentável. Ideologicamente, o neoliberalismo, ou como o próprio nome diz, o “novo liberalismo” é uma doutrina que teoriza e defende políticas económicas liberais, com enfoque na redução do papel do Estado no panorama político-económico. Segundo Beat Bürgenmeier (2005:64), esta doutrina trata da liberalização da economia como forma de potencializar o crescimento e o desenvolvimento económico, capaz de proporcionar um bom funcionamento do mercado. O neoliberalismo surge como uma reação contrária em face do Estado de bem-estar social. Este último é tido como um Estado intervencionista, que participa ativamente nas áreas económicas e sociais da comunidade. Na área económica esta intervenção faz-se através de subsídios aos diversos sectores de atividade social e económica.

Neste contexto, cabe ao Estado controlar a exploração e a comercialização de vários recursos, através de empresas estatais capacitadas para o efeito. No plano social, o Estado é ainda promotor de igualdade e justiça social, de forma a promover grandes investimentos de acordo com as políticas sociais (saúde e educação), e todo um conjunto de atividades e serviços, relacionados, direta ou indiretamente, com estas políticas. A lógica deste tipo de sociedade reside na ideia de que o mercado (trocas, compras e vendas, transações, etc.) não está acima de tudo. Por meio do poder dos sindicatos, permite-se que, através das negociações com os dirigentes, seja possível “obrigá-los” a ser e ter um papel mais ativo e intervencionista na sociedade, nomeadamente através das políticas sociais (Lewis, 1963:15).

Já o neoliberalismo traz à luz um conjunto de teorias económicas outrora tratadas pelo liberalismo. Segundo René Passet (2002:28), o liberalismo defende um conjunto de ideias, valores e teorias que privilegiam o conceito de liberdade individual, pondo de parte qualquer tipo de regra ou coerção por parte de Estado ou outro organismo com competências para o efeito. De uma forma sintetizada, mais concretamente na área económica, o liberalismo teve um papel muito importante na idealização e desenvolvimento do Capitalismo no Século XIX, ao defender a não intervenção do Estado na área económica. Os defensores do liberalismo acreditavam que os fenómenos económicos (trocas, transações, compras e vendas) eram governados por uma ordem natural, capaz de criar as condições para equilibrar o sistema económico e, assim, potencializar o desenvolvimento, tendo por traz o motor da livre concorrência (Oureiro, J.; Paula, L.; Marconi, N. 1999:86-87).

O livro “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek (1944) teceu a origem desta ideologia, que surge como uma reação ao Estado do bem-estar. Em 1947 era criada a sociedade “Sociedade de Mont Pèlerin”, cujo um dos objetivos era combater o Estado do bem-estar e criar as condições para a instalação e consolidação de um capitalismo duradouro e livre (Afonso, 2012).

Os defensores do neoliberalismo consideravam que uma sociedade desigual era o ideal para que o capitalismo pudesse triunfar. Os mesmos viam com maus olhos a igualdade promovida e defendida pelo Estado do bem-estar, uma vez que, de acordo com as

premissas neoliberais, este tipo de sociedade permitiria a passividade, a dependência e o conformismo das pessoas que nela vivessem.

É curioso salientar, até para percebermos a essência desta ideologia, que mesmo tendo surgido no ano de 1944, as suas ideias não tiveram significativo impacto nas décadas seguintes (50 e 60), uma vez que nestas décadas se registaram as mais altas taxas de crescimento económico na história do capitalismo baseado na ideologia do Estado de bem-estar social. Porém, na década de 70, mais concretamente em 1973, com a crise nos Estados Unidos e na Europa, em conjunto com a longa recessão, as baixas taxas de crescimento económico e as altas taxas de inflação, as ideias neoliberais ganharam corpo (Bürgenmeier, 2005:16-17). Estavam, assim, criadas as condições necessárias para a implementação e os avanços da ideologia neoliberal.

Os partidos políticos que defendiam o neoliberalismo procuravam justificar a crise dos anos 70, alegando que a culpa era dos sindicatos, que faziam pressão ao governo para obter aumentos salariais, mais investimento público na educação e em hospitais, mais políticas promotoras de assistência sociais e mais políticas e investimentos no combate ao desemprego. Perante este conjunto de situações, para fazer face à crise, concluíram a necessidade de: 1º - Disciplina orçamental e 2º - Restauração da taxa “natural” de desemprego. A “Disciplina Orçamental” visaria o esforço do Estado para conter os gastos em face da ideologia de sociedade de bem-estar<sup>3</sup>, uma vez que para manter este tipo de sociedade era preciso despender muito dinheiro. A “Restauração da Taxa Natural de Desemprego” visaria enfraquecer o poder dos sindicatos.

Os governos também eram aconselhados a rever e reformar leis fiscais para incentivar os agentes económicos, isto é, reduzir na prática o peso dos impostos sobre os mais ricos (Passet, 2000:118).

Segundo Afonso (2011:29) os programas de ajustamento estrutural começaram a ser impulsionados a partir dos anos 70 pelo FMI e o Banco Mundial. Os programas tinham como objetivo declarado a promoção do crescimento económico por meio da liberalização económica a partir de reformas básicas na economia, nomeadamente

---

<sup>3</sup> Este tipo de sociedade é o modelo de um Estado desenvolvido, comum nos países europeus que, após a II Grande Guerra em 1945, evidenciavam esforços para promover uma sociedade próspera, com base nos valores sociais de igualdade de oportunidades ao acesso de bens e serviços. Os princípios básicos deste modelo de sociedade foram elaborados por John Keynes, economista inglês (5/5/1883 – 21/04/1946) com muita importância para a macroeconomia moderna. Keynes defendia um Estado intervencionista, na medida em que este, através de medidas fiscais e monetárias, poderia ser capaz de colmatar os efeitos nefastos da recessão, depressão e inflação. As ideias de Keynes serviram de base para a escola de pensamento conhecida como Escola Keynesiana.

privatizações, abertura do mercado ao exterior, redução do peso do Estado nos agentes económicos, etc.

Para isso, o único caminho passava pelo combate ao “vilão” da teoria liberal, o Estado. De facto, em matéria orçamental e monetário-cambial, estes programas podem ser instrumentos relevantes. No entanto, a questão fundamental que se levanta é se os tecidos produtivos nacionais dos países africanos estariam preparados para responder ao repto, ou seja, se as diferentes estruturas económicas estariam capazes para, a médio prazo, consolidarem a estabilização e o ajustamento. Exemplificam este cenário alguns países da África Subsariana, os quais aderiram ao PAE para resolver o problema de endividamento a curto prazo e impulsionar o crescimento económico.

### **3.2 Situação Económica na África Subsariana e o Aumento da Dívida**

Após os processos de independências que ditou o fim do colonialismo, os povos africanos se permitiram almejar melhores condições de vida, pelo que era necessário o investimento para a modernização das infraestruturas produtivas, além de investimentos na educação e na saúde, em conjunto com a criação de uma rede de serviços capaz de proporcionar, se não na totalidade, uma parte do conforto e melhorias condições de vida. A acumulação de capital era um dos fatores primordiais para alcançar o desenvolvimento e, na época, justificava-se o recurso ao empréstimo, por causa das baixas taxas de juros que eram aplicadas no mercado internacional.

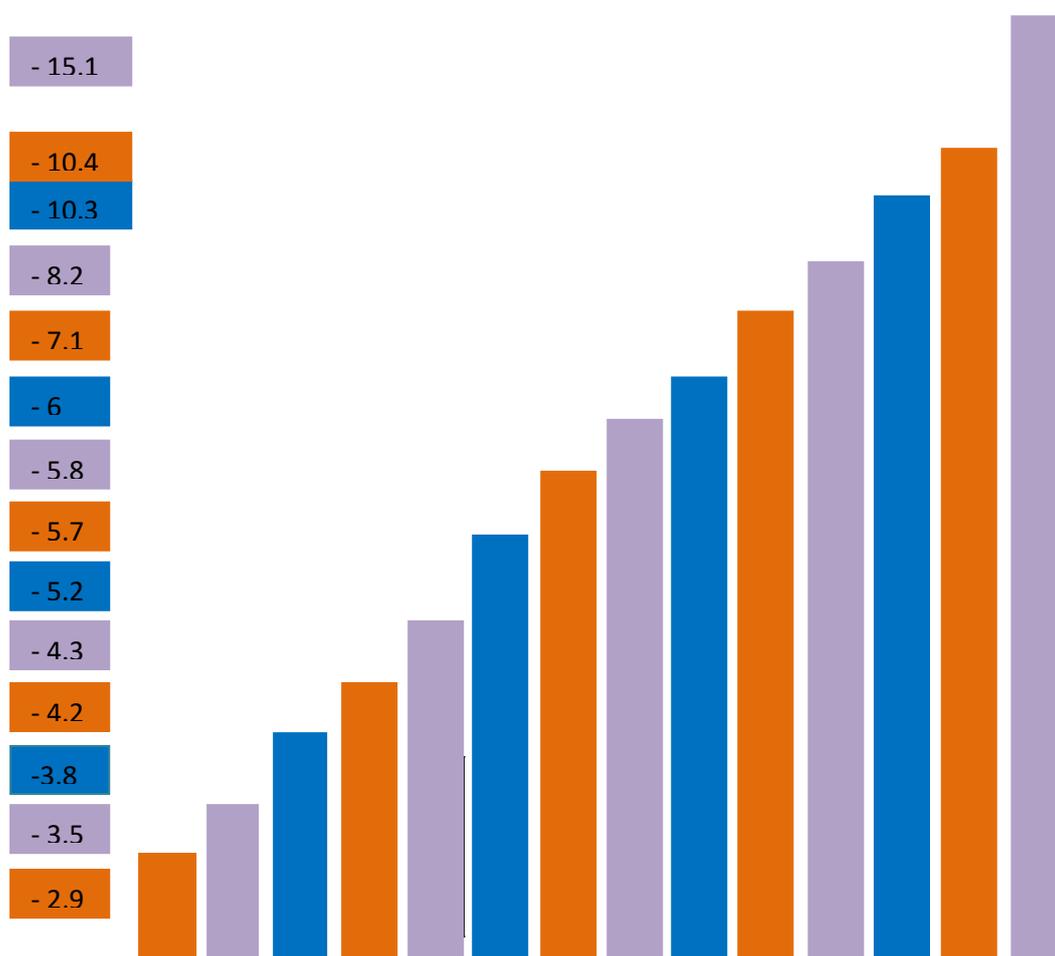
Como resultado, houve um aumento significativo de despesas por parte do Estado, o que agravou o défice orçamental, uma vez que todos os ramos de atividade económica estavam dependentes de subsídios estatais: subsídios para manter e expandir a agricultura, subsídios para pequenas e médias empresas e para empresas estatais – estas últimas eram as preferidas dos financiadores, que elegiam os Estados como parceiros e assim minimizavam os riscos (Alves, 2002:9).

O aumento de despesas por parte do Estado agravou-se ainda mais com a crise do petróleo em 1979. Deixou-se de financiar em larga escala, a procura por matérias-primas baixou significativamente e a importação de bens e serviços aumentou de forma drástica, o que contribuiu para agravar a balança comercial e tornar insustentável a dívida externa.

Segundo os dados do Banco Mundial de 1999, no período compreendido entre 1971 e 1980, certos países como Madagáscar e Tanzânia apresentavam défices da balança comercial superior a 400% do valor das exportações. Este valor avultado era também consequência dos elevados gastos destes Estados, que tinham despesas para além das suas capacidades (Alves, 2002:29).

Os países da África Subsariana encontravam-se impedidos de atuar, pelo que a única alternativa era negociar empréstimos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional no âmbito dos PAE, para assim obter a correção das suas balanças comerciais e a sua estabilidade. A reforma das finanças públicas era colocada como prioridade e os PAE eram vistos como o único meio para reduzir as despesas do Estado e restaurar as balanças comerciais. A figura a seguir mostra um conjunto de países que foram alvos dos PAE e o valor do défice de cada país: Gana (-2.9); Senegal (-3.5); Madagáscar (-3.8); Nigéria (-4.2); Togo (-4.3); Quénia (-5.2); Uganda (-5.7); Mauritânia (-5.8); Tanzânia (-6); Gambia (-7.1); Malawi (-8.2); Lesoto (-10.3); Burundi (-10.4) e Moçambique (-15.1). (Alves, 2002:32)

• *Figura 1 – Défice das Contas Públicas/Países da África Subsariana*



Schadler 1993, 49: Défice das Contas Públicas em PIB, antes do PAE – África Subsariana

### 3.3 Implementação dos PAE na África Subsariana

A década de 80 ficou marcada pela crise económica do continente africano. A má governação dos bens públicos, a instabilidade política e social, a corrupção, as altas taxas de inflação e os desequilíbrios da balança comercial caracterizavam uma boa parte da situação económica dos países africanos (Alves da Rocha, 2002:3). Assim, os Programas de Ajustamentos Estrutural apresentavam-se como uma estratégia necessária para responder aos desafios que os países da África Subsariana enfrentavam. No entanto, a sua maior limitação decorreu da forma como o BM e o FMI estruturaram estes programas, com base num conjunto de prescrições rígidas, que fizeram como que os resultados esperados não fossem atingidos em muitos países.

Para fazer face à crise económica no continente africano, liberalizar e dinamizar a economia e estimular os mercados, os PAE introduziram as seguintes medidas:

- Estabelecer taxas na utilização dos serviços públicos;
- Implementar políticas para remover subsídios;
- Despedir funcionários públicos como uma das medidas para reduzir as despesas do Estado;
- Implementar políticas e medidas para cortes salariais;
- Criar políticas para promover a privatização de empresas estatais, com vista a arrecadar mais fundos e melhorar a gestão das mesmas.

Contudo, estas medidas foram consideradas insatisfatórias, uma vez que os resultados das reformas efetuadas ficaram aquém do esperado no que tange a melhoria do défice orçamental, além de todo o efeito negativo derivado destas restrições ao orçamento do Estado, condicionado pelas regras do PAE.

Esta situação aumentou o clima de instabilidade social, fruto do aumento da pobreza e da miséria, dos assaltos e dos consequentes descontentamentos. A vida quotidiana ficou ainda mais difícil, já que o acesso aos serviços e bens ficou condicionado à falta de capital, o que, de certa forma, acabou por inviabilizar o bom desempenho do PAE (Mosca, 2005:3-4).

Posto isto, é bem visível o papel das instituições de Bretton Woods, nomeadamente do FMI e do BM, na constituição da realidade social, económica e política das sociedades em que estão presentes. A importância não é apenas sentida em suas intervenções ao nível estatal, mas também no quotidiano, onde os efeitos apresentam-se de forma ainda mais impactante.

Vários autores criticam o modelo neoliberal sobre o qual assenta-se a ação do FMI e do BM, deplorando a ascendência do neoliberalismo e do chamado Consenso de Washington<sup>4</sup>, questionando a ausência de políticas alternativas (Abrahamson, 1995).

---

<sup>4</sup> Liberalizar a economia comercial e financeira, através da redução do papel do Estado na economia e da privatização, constituiu o tema de debate aquando da criação do Consenso de Washington, caracterizado por um conjunto de medidas formuladas em novembro de 1989 por economistas das instituições financeiras de Washington, no caso concreto, do FMI, do BM e do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos. Tornou-se, assim, a política oficial do FMI em 1990, quando passou a ser recomendado para promover o ajustamento macroeconómico dos países em vias de desenvolvimento com graves problemas nas finanças públicas.

### **3.4 Educação e Desenvolvimento**

De acordo com a UNESCO, Compromisso de Dakar (2005:5-17), a educação é entendida como um processo permanente e comunitário, pelo qual o indivíduo contribui e enriquece a sociedade através de uma participação ativa, integrada e responsável, realizada nas várias comunidades das quais faz parte. A educação é a totalidade dos processos organizados de aprendizagem, seja qual for o seu conteúdo, o nível e o método, sejam formais ou não formais, prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nas escolas, universidades e em forma de aprendizagem profissional.

Graças a estes processos, as pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem, desenvolvem atitudes, enriquecem conhecimentos, melhoram as suas competências técnicas ou profissionais e lhes dão uma nova orientação, ao fazer evoluir as suas atitudes e o seu comportamento na dupla perspetiva de um enriquecimento integral do homem e da sua participação no desenvolvimento socioeconómico e cultural equilibrado e independente (UNESCO, Compromisso de Dakar; 2005:5-14).

O processo educativo, processo de autoconstrução participada dos indivíduos e de construção das comunidades, está fortemente vinculado, por condicionar e ser condicionado, ao campo da saúde, e a todas as questões relativas ao desenvolvimento.

A educação é um instrumento importante na reestruturação, coesão social e, consequentemente, no processo de desenvolvimento social, cultural e económico de qualquer sociedade.

A comunidade internacional apresenta cada vez mais consenso sobre a contribuição da educação para a realização dos direitos humanos. A educação tem como objetivo promover o entendimento de que somos responsáveis por tornar o respeito aos direitos humanos uma realidade em cada comunidade. Desta forma, a educação contribui, a longo prazo, para a prevenção de abusos contra os direitos humanos e para a promoção da igualdade, do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da participação em processos de tomada de decisão no sistema democrático (UNESCO, 2015:5). O direito à educação fornece a todos os indivíduos conhecimentos e competências, desenvolvendo as suas capacidades e comportamentos, permitindo desta forma que os mesmos desfrutem e exerçam os seus direitos e, ao mesmo tempo, que respeitem e defendam os direitos dos outros (UNESCO, 2015, Art. 2:6).



## **4 São Tomé e Príncipe – Aspectos Políticos, Económicos e Sociais**

Neste capítulo far-se-á uma breve caracterização da situação política, económica e social do país. Pretende-se fornecer os elementos para uma análise dos desafios que enfrenta com especial enfoque no sector da educação.

Importa dizer que São Tomé e Príncipe é formado por duas ilhas (São Tomé e Príncipe) e 20 ilhéus, localizados no Golfo da Guiné a 300km da costa africana. Segundo o Censo de 2012, STP contava com 200 mil habitantes. As ilhas estão organizadas em Distritos e Subdistritos<sup>5</sup>. A língua oficial é o português, mas também se falam outras línguas e dialetos locais, tais como Forro, Lunguye, Angolar e Crioulo de Cabo Verde. Quanto à religião, 90% da população é cristã (católica) e os restantes 10% são protestantes e ateus.

### **4.1 Aspectos políticos**

No plano político, segundo Almeida Santos (2005:18), após a independência em 1975, STP optou pelo modelo ocidental para organizar as suas instituições políticas (Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judicial) e o sistema político-constitucional, com um sistema partidário. O argumento pela escolha do regime de partido único baseia-se na ideia de que tais sociedades (em referência à composição das sociedades africanas – desfragmentação social, divergência, ascensão ao poder, conflito social) são complexas e compostas por diversas micronações (etnias), pelo que acreditava-se que seria inviável qualquer tentativa de construção da nação ou implementação de uma estratégia de desenvolvimento de base moderna com tal diversidade étnica se o regime fosse multipartidário e não de partido único (Almeida Santos, 2005:7). Esse foi o argumento usado como justificativa para a escolha pelo uni-partidarismo na etapa inicial da construção da nação, apresentado como a melhor alternativa para a promoção da coesão interna e de uma identidade nacional homogénea, o que subsidiaria a estabilidade política como condição indispensável para a governabilidade, a estabilidade e a implementação de uma política do desenvolvimento económico de base rural.

Nesse sentido, a adoção do multipartidarismo na época poderia, seria combater a fragmentação social, os conflitos étnicos, ou ainda criar constrangimentos que

---

<sup>5</sup> Os principais Distritos são: Distrito de Água Grande, com 69.454 habitantes, Distrito de Mé-Zóchi, com 44.752 habitantes e Distrito de Lobata, com 19.365 habitantes (Censo de 2012).

comprometessem qualquer tentativa de formação e consolidação do “Estado nacional”. A escolha deste tipo de regime político deveu-se ao facto de que durante a guerra pela independência, foi nos países de Leste que se encontrou apoio militar, económico, político e doutrinário. Nada mais natural do que, conquistada a libertação, se voltasse para quem os tinham ajudado a libertarem-se. O modelo económico do Leste era o que mais se compaginava com a cultura ancestral africana, basicamente comunitária e desconhecadora do “meu” e do “teu”, vistos como sentimentos demoníacos, origem das mais graves disputas da civilização do colonizador, sem excluir a própria avidez colonial, a escravatura e o trabalho forçado (Almeida Santos, 2005:19).

STP é hoje uma República Semipresidencialista democrática representativa, sendo o Presidente da República eleito por sufrágio universal por um período de cinco anos. É igualmente Chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas. Os Partidos Políticos atualmente são: Partido de Convergência Democrática, Grupo da Reflexão (PCD/GR); Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP); Movimento Democrático das Forças da Mudança (MDFM); Acção Democrática Independente (ADI), (Caixa Geral de Depósitos, 2014).

#### **4.2 Aspectos económicos**

São Tomé e Príncipe é considerado vulnerável pelo facto de ter uma dimensão territorial bastante reduzida, associado à insularidade, à fragilidade dos ecossistemas e à sua exposição à pressão humana sobre os recursos naturais, além da sua susceptibilidade às crises financeiras globais. A fragilidade do tecido económico e a reduzida capacidade de criar riqueza e emprego para melhorar as condições de vida da população fazem-no ser considerado um país pobre.

O PIB total do país é de 263.3 milhões de dólares e o PIB per capita é de 1.406<sup>6</sup> dólares (preços correntes em 2012). No que tange à taxa de inflação, a média anual de 2012 foi de 10,6%, com tendência a aumentar. No que concerne ao volume de exportação, este é de 16,2 milhões de dólares, e o volume de importação é de 144,4 milhões de dólares. Como se pode verificar, o país produz muito pouco e por isso desembolsa muito dinheiro para importar bens e serviços, o que faz com que a sua balança comercial seja negativa. Calcula-se que as despesas públicas tenham atingido 34.2% do PIB em 2015, com as despesas de investimento a representar 15.3% do PIB.

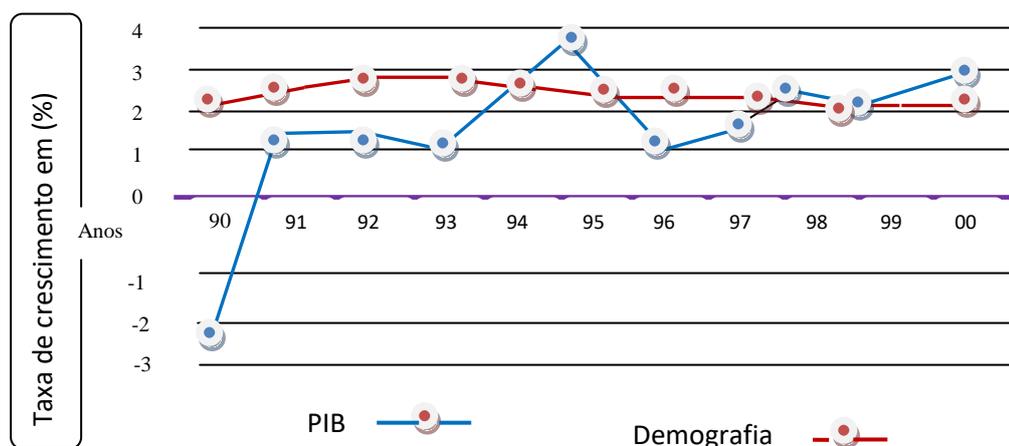
---

<sup>6</sup> A moeda nacional é a Dobra, a qual possui uma taxa de câmbio fixa (1 euro equivale a 24.500 dobras desde 2010).

Contudo, segundo o Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNDP, 2014:28), São Tomé e Príncipe tem tido, nos últimos anos, um ritmo de crescimento económico sustentado, com uma taxa de crescimento médio do PIB de 5.2%, considerado superior quando comparado à taxa de crescimento médio na ordem dos 4.8% dos países da África Subsariana (Banco Mundial, 2013:5). Este crescimento económico proporcionou uma melhoria sustentada do rendimento per capita, registado pela primeira vez em setembro de 2013<sup>7</sup> desde a sua independência em 1975.

Segundo os dados da FAO – *Country Assistance Strategy*, 2005, o PIB real, que em 1990 era de -2,2% (Figura 3), conheceu um crescimento de 1,5% nos dois anos seguintes, isto é, 1,25% em 1993 e 2,8% em 1994. O crescimento do PIB no ano de 1993 situava-se abaixo da taxa de crescimento natural da população (2,5%), o que significava a contínua degradação do nível de rendimento per capita, que era aproximadamente de 325 dólares.

*Figura 2. Evolução do PIB e do Crescimento Demográfico (1990- 2000)*

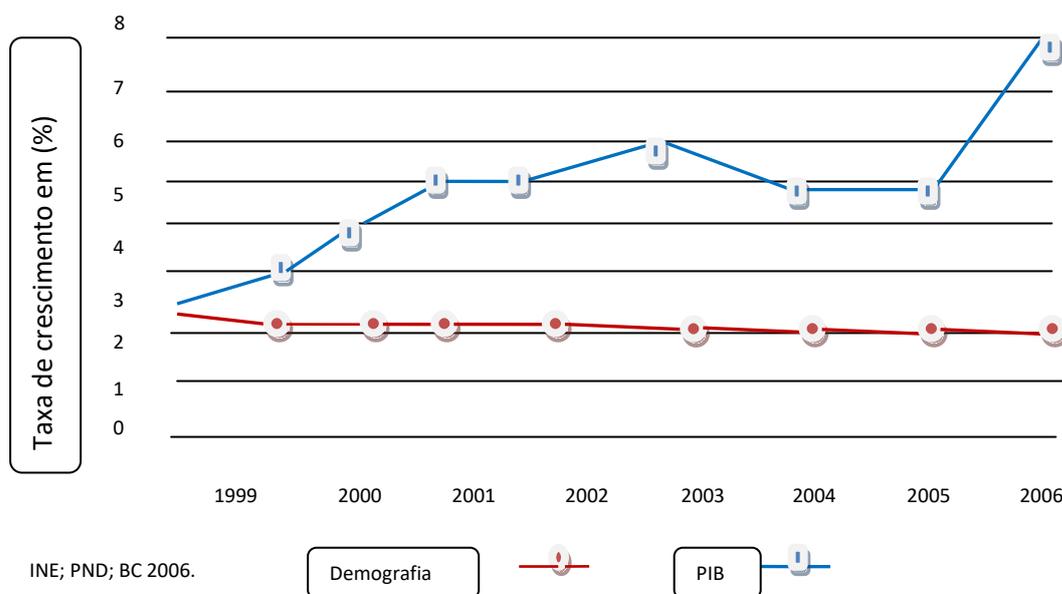


INE; PND: 1990;93;1999.

<sup>7</sup> O Conselho Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um novo programa de três anos para a República Democrática de São Tomé e Príncipe, ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. As discussões tiveram lugar em São Tomé, entre os dias 13 e 26 de setembro de 2013, e em Washington, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2013. A equipa foi composta pelo Srs. Ricardo Velloso (chefe), Rodgers Chawani e Justin Matz, e a Sra. Ruby Randall (todos do AFR). O Sr. David Owen (AFR) participou da missão na primeira semana, e o Sr. Thierry Nguema Affane (OED) acompanhou a missão e esteve presente em todas as discussões de políticas. A missão reuniu-se com o Primeiro-Ministro, Sr. Gabriel Costa; a Governadora do Banco Central, Sra. Maria do Carmo Silveira; o Ministro das Finanças, Sr. Hélio Almeida; o Ministro das Obras Públicas, Sr. Osvaldo Abreu; o Ministro da Saúde, Sr. Leonel Pontes; o Ministro da Agricultura, Sr. António Dias, e os respetivos quadros superiores. A missão reuniu-se também com representantes da Assembleia Nacional, dos sindicatos, do sector privado financeiro e não financeiro e com os parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Entre 1998 e 2000, a situação transforma-se e a taxa de crescimento do PIB começa a aumentar (Banco Mundial, 2002). Nos últimos anos esta tendência manteve-se, pelo que a economia tem tido um crescimento na ordem dos 2.5% a 5% ao ano (Caixa Geral de Depósitos, 2014:15).

*Figura 3. Evolução do PIB e do Crescimento Demográfico (2000- 2006)*



Este crescimento económico foi impulsionado por várias razões, sendo uma delas as recentes descobertas de reservas de petróleo que abriram um novo potencial de desenvolvimento para a economia. STP tem feito a prospeção de petróleo desde 2012, mas as previsões são que a produção só possa acontecer depois de 2020 e ainda assim, condicionada à evolução dos preços no mercado internacional. A reafectação de recursos dos fins menos produtivos (agricultura) para outros com mais produtividade (serviços, transportes, construção e comércio), também é referido como uma dos fatores que permitiu criar condições para o crescimento e a melhoria da situação económica do país. Este crescimento também é fruto dos donativos internacionais para reforçar o orçamento do Estado e, conseqüentemente, expandir os investimentos às áreas-chave de produção (agricultura, pesca, apoios aos pequenos e médios empresários) e auxiliar na formação de capital. As receitas provenientes das licenças de prospeção de petróleo desde 2010 tem contribuído para dinamizar e diversificar os investimentos nas áreas de educação, saúde e turismo, no apoio às pequenas e médias empresas, na construção de

infraestruturas de produção, estradas, etc. Estas iniciativas têm contribuído para o melhor desempenho económico do país.

**No entanto, STP continua a enfrentar diversas dificuldades:** A instabilidade política, a corrupção e a má gestão dos bens públicos ainda continuam a ser um problema no processo de desenvolvimento do país. A economia é caracterizada por ser uma economia de base rural, com pouca diversificação. Destacam-se vários impedimentos à descolagem da economia, justificadas por quatro pontos, a destacar: subdesemprego; escassez de recursos; oscilação de preços no mercado internacional e fraca capacidade das infraestruturas produtivas.

Relativamente aos sectores de atividade económica no ano de 2011, pode-se observar o quadro a seguir, no qual se verifica que é o sector primário (agricultura e pesca) aquele que continua a absorver uma maior quantidade de mão-de-obra em STP. Este sector, a par da atividade turística, é considerado um dos principais ramos de atividade económica do país. O sector terciário (educação, saúde, transportes e comunicação) continua a ter pouca expressão em termos de absorção de mão-de-obra, não estando ainda desenvolvido o suficiente para absorver uma mão-de-obra significativa. É também neste sector de atividade onde se concentra uma maior percentagem de mulheres, nomeadamente nas áreas de educação, saúde e comércio. Pode-se dizer que, em geral, existem mais homens com empregos formais do que mulheres.

*Quadro 1: População Empregada por Ramo de Atividade e Por Sexo*

População Empregada por Ramo de Atividade e Por Sexo 2011			
Ramos de Atividade em São Tomé e Príncipe	HOMENS Popul. Empregada	MULHERES Popul. Empregada	TOTAL Popul. Empregada
<b>Popul. Total de STP</b>	<b>28.371</b>	<b>14.385</b>	<b>42.756</b>
Agricultura e Pesca	10.540	2.947	13.487
Indústria e Energia	2.400	482	2.882
Construção	4.298	96	4.394
Comércio	2.666	6.071	8.737
Transp. e Comunicação	743	41	790
Administração Pública	2.182	1.111	3.293
Saúde	343	429	772
Educação	564	807	1.371
Outros Serviços	4.635	2.39	7.030

Fonte: INE/STP 2011

No que se refere ao subdesemprego, presente principalmente nas regiões rurais, parte-se do pressuposto de que os países em desenvolvimento têm um sector de atividade agrícola atrasada e que, como característica, configura-se como um sector que abarca um grande número de mão-de-obra. A baixa produtividade decorre, sobretudo, da falta de inovação tecnológica no campo, o que pode comprometer o processo de desenvolvimento.

Acerca da falta de recursos para o investimento, pode-se dizer que um país gera o recurso necessário ao investimento através da poupança, exportando mais do que importando, assim como através da captação de recursos externos, de investimento direto estrangeiro. Contudo, não é este o caso da maioria dos países africanos. No caso concreto de STP, os recursos são escassos até para a alimentação, ficando, portanto, impossibilitado o fomento de uma poupança interna capaz de financiar os projetos de desenvolvimento. Esta carência de recursos deu origem a um numeroso modelo de “duplo dilema” de crescimento, qual seja, o dilema de poupança/investimento e o dilema da balança comercial, com mais importação do que exportação.

Ademais, ressalta-se a tendência adversa dos preços no mercado mundial, principalmente dos produtos agropecuários. No caso concreto de STP, o principal produto de exportação é o cacau (monoprodução), não tendo o Estado, por enquanto, outras fontes de riqueza natural exploradas nem outros produtos para comercialização no mercado internacional.

Segundo Almeida Santos (2005:51-52) o domínio e a transferência maciça de novas tecnologias poderiam ser uma solução, mas não só. Seria preciso antes organizar e modernizar as estruturas produtivas para encaminhá-las ao mercado. A diversificação da produção e a melhoria das condições de infraestruturas (estradas, caminhos de ferro, aeroportos, portos) poderia dinamizar o escoamento e as exportações de produtos.

Decerto, persistem pontos de estrangulamento, como a existência de uma infraestrutura produtiva precária, a falta de estradas asfaltadas, a insuficiência de serviços de comunicação, de centros de formações profissionais, de saneamento básico, etc.

#### **4.3 Contexto social**

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, segundo os Relatórios Internacionais (PNUD, 2017), STP ocupa a 142ª posição dentre os 188 países

analisados: 63,1% da população vive abaixo da linha da pobreza. A pobreza urbana é alta quando comparada com a pobreza rural, existindo poucas oportunidades de emprego, particularmente para os jovens.

De acordo com a mesma fonte, STP tem registado um melhor desempenho na melhoria das condições de vida, relativamente à média da África Subsariana, tanto no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano quanto no que tange aos outros indicadores, tais como a educação, que tem uma taxa bruta de matrículas no ensino primário de 110%, a esperança média de vida (66 anos, mais um ano que em 2012) e a taxa de mortalidade de 7.45 por 1000 nados-vivos (menos 7 que em 2012).

Relativamente ao acesso à água potável, pode-se dizer que 97% da população o tem. A construção de chafarizes públicos veio beneficiar uma boa parte de população que não tinha recursos para canalizar a água e utilizava a água dos rios para uso doméstico. O mesmo já não se pode dizer acerca da eletricidade, uma vez que só 60% da população tem acesso e com péssima qualidade (falhas constantes de energia, falta de combustível, sistema de manutenção precário, falta de técnicos, etc.). STP tem um índice de fertilidade de 3,5 partos por mulher, uma taxa de desemprego a rondar os 13.9% e uma taxa de analfabetismo de 11%, com maior afetação em adultos.

De acordo com o relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), São Tomé e Príncipe cumpriu em 2015 a meta de o ensino primário universal, a promoção da igualdade de género e a capacitação de mulheres, com melhoria na saúde materna e no combate ao HVI/SIDA, à tuberculose e à malária (INE-STP, 2013; ONU, 2013; FMI, 2014, PNUD, 2015).

## **5 Os Programas de Ajustamento Estrutural em São Tomé e Príncipe**

É importante, apesar de não haver um marco temporal concreto que as defina, termos uma ideia clara sobre as condições que fizeram com que STP aceitasse a implementação dos PAE. Neste capítulo, pretendemos analisar os motivos económicos, políticos e sociais que levaram o país a pedir ajuda internacional por vias do PAE, para melhorar o seu desempenho económico e social.

## **5.1 Mudanças Políticas e Económicas – Visão Geral**

A primeira Constituição Política da I República era caracterizada pela simplicidade na organização dos órgãos do governo, isto é, havia o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os Tribunais. Vale realçar que, de facto, não havia separação de poderes. O Governo era nomeado e demitido pelo Presidente da República, e não formado com base na vitória das eleições eleitorais. O Presidente da República era eleito pela Assembleia Nacional Popular, sob proposta do MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) e era, ao mesmo tempo, o presidente do partido no poder e o Chefe de Governo. O Primeiro-ministro era um simples coordenador da ação governativa, sob as ordens do Presidente da República, situação que foi alterada em 1987/88 no processo de liberalização política e económica, quando foi feita uma mudança na Constituição da República, através da qual o Primeiro-ministro passou a ser também Chefe de Governo.

Após a independência, os quadros técnicos abandonaram o país, deixando uma frágil capacidade administrativa e a inexistência de um sector privado estruturado, quer nacional, quer estrangeiro, além de um conjunto de unidades agrícolas em declínio há várias décadas. Como resposta alternativa a esta situação, o Governo adotou uma estratégia de desenvolvimento visando duas fases distintas. A primeira fase consistia na diversificação da economia e a segunda fase consistia na reestruturação, reorganização e promoção de investimentos nos sectores da agricultura, infraestruturas, energia e pesca (UNDP, 2002:32).

Os ideais que levaram à independência STP em 1975 deram corpo a uma política social voluntarista, a qual deu resultados até ao início dos anos 80, suportados, no essencial, pelo alto preço do cacau no mercado internacional, a par de uma razoável produção interna. Os indicadores sociais melhoraram significativamente: o país atingiu uma esperança média de vida de 67 anos, e a mortalidade infantil um nível de 84 mortos por cada mil nados-vivos. Relativamente à educação, atingiu-se um nível de alfabetização de 94% para os jovens com idades entre 10 e 24 anos, o que colocou STP numa posição acima de outros países da África Subsariana.

No entanto, neste período pós-independência foram-se acumulando graves problemas estruturais, verdadeiros entraves ao desenvolvimento - no caso concreto, a fragilidade das instituições públicas e os grandes desequilíbrios económicos, fatores que acabaram

por originar a estagnação do sector produtivo. Com o fim da Guerra Fria<sup>8</sup>, o partido único (MLSTP) realizou uma conferência nacional, para a qual foram convidados santomenses de várias tendências políticas. Os principais problemas do país foram identificados, tendo-se chegado à conclusão de que o regime devia democratizar-se. Foi anunciada uma nova revisão da Constituição, a qual acabou por ser aprovada pela Assembleia Nacional Popular em março de 1990, e ratificada por referendo popular em agosto do mesmo ano. (UNDP, 2002:30).

## **5.2 Primeira Fase de Estratégia de Desenvolvimento Pós-independência: 1977**

Como foi dito, o Governo, no período pós-independência, havia adotado uma estratégia de desenvolvimento visando duas fases distintas. A primeira fase consistia então na diversificação da economia (UNDP, 2002:32).

A preocupação nesta fase era a diversificação da economia, até então caracterizada pela monoprodução, o que direcionou o país a empréstimos de avultados créditos comerciais, em um ritmo insustentável para a economia.

Infelizmente, não foram feitos estudos precisos para se definir os locais de investimentos. Ao contrário, foram feitos investimentos em sectores onde não havia vantagens comparativas para o país (sector de pesca e agricultura), pelo que não se produziram os resultados positivos esperados e os atrasados da dívida contraída acumularam-se (UNDP, 2002:33).

A situação agravou-se com a queda dos preços da matéria-prima (cacau) no mercado internacional nos anos 80, associada à baixa taxa de produção registada no país nesta mesma década: a produção de cacau, que era de 10.000 toneladas em 1975, passou para 3.900 toneladas em 1980.

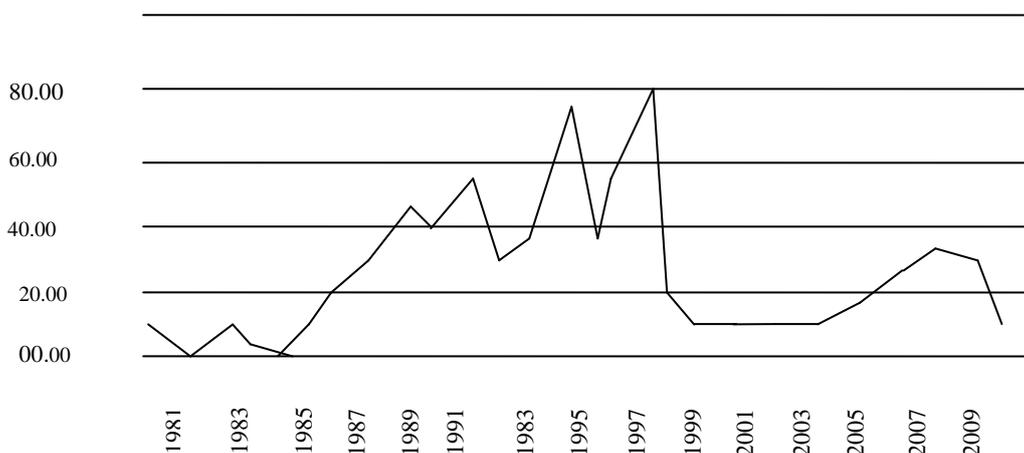
Em face da falta de receitas para suportar as despesas públicas e não só, o Governo adotou uma política expansionista de crédito, para assim cobrir o défice das empresas públicas. Consequentemente, houve um aumento drástico da inflação (Figura 2), isto é, a taxa real de câmbio apreciou-se devido à fixação da taxa de câmbio nominal, o que

---

<sup>8</sup> Período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra direta entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear. A corrida armamentista pela construção de um grande arsenal de armas nucleares foi o objetivo central durante a primeira metade da Guerra Fria, estabilizando-se na década de 1960 até à década de 1970 e sendo reativada nos anos 1980 com o projeto do presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan chamado de "Guerra nas Estrelas". Fonte: [wikipedia.org/wiki/Guerra\\_Fria](http://wikipedia.org/wiki/Guerra_Fria)

levou à diminuição da competitividade, agravando a balança de pagamento. Assim, estavam criadas as bases para uma crise profunda e grave, a qual marcou a década de 80 (UNDP, 2002:33).

*Figura 4: Evolução de Taxa de Inflação STP (1981 – 2009)*



*Taxa de Inflação STP - IMF, 2009*

### 5.3 Segunda Fase da Estratégia de Desenvolvimento: a partir de 1985

A segunda fase da estratégia de desenvolvimento consistiu na reestruturação, reorganização e promoção de investimentos nos sectores da agricultura, infraestrutura, energia e pesca (UNDP, 2002:32). Esta segunda fase apoiou-se, a partir de 1985, nos financiamentos em forma de créditos concessionais e donativos da comunidade internacional, para cobrir financeiramente os mencionados sectores da atividade económica do Estado que se encontravam com graves prejuízos, tanto ao nível da produção quanto das receitas, para assim evitar que a situação económica do país continuasse a se deteriorar.

O Governo chegou à conclusão de que as políticas económicas adotadas após a independência em 1975 não estavam a surtir efeito:

- O PIB teve uma queda grave, quando comparado ao da década dos anos 70, através do aumento da dívida externa, dos desequilíbrios das contas externas e do desequilíbrio da balança comercial (UNDP, 2002:33);
- A rácio da dívida externa passou de -1% em 1975 para 100% em 1987;

- As receitas provenientes das exportações haviam aumentado apenas 43% e suportavam apenas 33% dos custos da importação; a diferença era financiada através de ajuda externa (UNDP, 2002:33-34).

O quadro seguinte mostra, em termos económicos, a evolução das exportações e a cotação do cacau no mercado internacional após a independência. Ao se interpretar o quadro que se segue, é possível constatar que entre 1975 e 1981 verificou-se um decréscimo da produção, de cerca de 9.000 toneladas a 4.000 toneladas de cacau produzido em STP por ano. Relativamente aos preços, estes variavam entre 1.200 dólares e 3.500 dólares por cada tonelada, o que, quando comparado aos outros anos, nomeadamente de 1982 a 1987, leva à conclusão de que, tanto a quantidade de cacau produzido no país abaixou, quanto os preços praticados abaixaram significativamente. Esta diferença deve-se tanto às conjunturas económicas quanto às causas naturais, como se poderá verificar a seguir.

Durante a produção do cacau, o país ainda conseguia de alguma forma contrabalançar a balança comercial e obter um certo alívio com a utilização das receitas provenientes da comercialização deste produto. Com efeito, após a independência, o país continuou a usufruir de algumas das tecnologias e métodos de produção deixado pelos colonos. A produção era alta e os preços razoavelmente bons (Galvão; Selvagem, 1998:204).

*Quadro 2: Produção e exportação de cacau (1974 – 1981)*

Ano	Exportações em Toneladas	Preço Dólares/Tonelada
1974	7400	1559
1975	9800	1245
1976	8000	3209
1977	6000	2980
1978	6000	3404
1979	8000	3505
1980	3900	2602
1981	3800	3089

Fonte: INE – Res. Produção/preço de Cacau (1974 -1981)

A fraca capacidade na gerência e a incapacidade de dar continuação ao trabalho agrícola levado a cabo pelos colonos explicam os ciclos de produção que vem a seguir, conforme constata-se a partir da tabela. Entre 1982 e 1987 o volume de produção manteve-se sempre muito abaixo das iniciais 9.000 toneladas, e a cotação do cacau no mercado internacional também se manteve abaixo daquele obtido na década anterior.

*Quadro 3. Produção e exportação de cacau (1982 – 1987)*

Ano	Exportações em Toneladas	Preço Dólares/ Tonelada
1982	4000	1741
1983	4000	2118
1984	4000	1720
1985	3848	2254
1986	4123	2068
1987	4500	1996

INE – Res. Produção/preço de Cacau (1982 -1987)

Perante este cenário, agravou-se a situação da balança comercial (-1,7%) (INE, STP, 1999), o que colocou o país numa situação crítica.

Segundo Armindo Espírito Santo (2000), a diminuição da produção de cacau deveu-se à falta de terra cultivável, à ausência de financiamento, à falta de rigor no tratamento dos cacueiros e ao abandono das terras por aqueles que procuravam melhores condições de vida nas cidades. Associadas a essas causas também estão as causas naturais - no caso concreto, a seca que ocorreu no país entre 1982 e 1984, período conhecido como Crise de 1982, marcado pela ausência prolongada de chuva: entre o final de 1982 e o princípio do ano de 1984, não houve no país qualquer precipitação, o que acarretou grandes quedas de produção agrícola, fome, aumento de pobreza e miséria. Ainda, de acordo com autor, o país não dispunha de grandes infraestruturas de produção nem de conservação dos produtos agrícolas. As “infraestruturas de produção” que existiam eram de pouca dimensão e a produção dependia dos ciclos climáticos.

O país tinha uma prática agrícola rudimentar - a monoprodução, com insuficiência de recursos humanos e dependência dos ciclos climáticos para o seu sucesso. Consequentemente, um longo período de seca e miséria sufocava o país, através de quedas drásticas das atividades agrícolas e dos produtos provenientes desta, do abandono da agricultura e da fome.

Por ser um Estado novo, sem recursos económicos, dependente das receitas do cacau e das ajudas internacionais, tinha poucas ou nenhuma alternativa para colmatar a crise.

#### **5.4 Liberalização da Economia: a partir de 1984**

Dez anos após independência de STP, a economia encontrava-se numa situação muito precária. As quedas na produção de cacau agravaram ainda mais o défice das empresas estatais e, para resolver tal situação, o Governo financiou as empresas por meio de políticas de crédito expansionista e introduziu um mecanismo de controlo de preço dos produtos, o que levou ao aparecimento de um mercado paralelo para produtos nacionais e importados.

O poder de compra dos trabalhadores das fazendas estatais caiu substancialmente e as políticas governamentais que definiam preços e salários pouco ou nada fizeram para promover a produtividade. O PIB per capita diminuiu em 30% em termos reais durante este período e foi feito um grande investimento no sector público, no valor de 40% do PIB, direcionado aos projetos de capital intensivo, financiados através de empréstimos externos, o que não contribuiu significativamente para o valor acrescentado, mas, ao contrário, gerou altos e recorrentes custos.

Nesse contexto, o défice da balança de bens e serviços disparou para um valor superior a 50% do PIB entre 1980 e 1986. O défice da conta corrente foi financiado através do levantamento de reservas externas, nomeadamente com empréstimos de curto prazo (1982–1984, reescaloados em 1984–1985) e uma acumulação de atrasos externos (1983-1986), totalizando mais de 24 milhões de dólares. A dívida externa atingiu 65 milhões de dólares no final de 1986, excluindo os pagamentos em atraso, que junto totalizavam o equivalente à 141% do PIB.

Neste período, a receita de importação aumentou de 7 milhões para 10 milhões de dólares por ano. Enquanto isso, o pagamento do serviço da dívida externa, no montante de 7 milhões de dólares, representava mais de 2/3 das exportações de bens e serviços

não faturados. No final de 1986, as reservas externas representavam apenas 6 semanas de importação (Banco Mundial, 1987:15).

Em 1984, o Governo de STP decidiu liberalizar a economia. Assim, foram tomadas as primeiras medidas para afastar o sector público das atividades comerciais e um novo código de investimento foi adotado para incentivar o investimento privado estrangeiro. No mesmo período, iniciou-se um programa de distribuição de terras, como estratégia de impulso da produção agrícola, sendo este o objetivo central do Governo.

Com tal iniciativa, esperava-se um aumento na produção do cacau e do sector agrícola, através de uma gestão mais eficiente das empresas estatais e do implemento de um programa de reforma e atribuição de incentivos. Em razão das graves distorções que caracterizavam a economia de STP, não se esperava que estas reformas tivessem sucesso se não se adotasse um esforço paralelo para introduzir mudanças fundamentais nas políticas macroeconómicas, tidas como raízes do declínio do sector de produção.

Até que as reformas introduzidas no sector agrícola começassem a ter sucesso, em face da gravidade da dívida externa contraída antes de 1986, o Governo adotou o sistema de equilíbrio substancial de apoio ao pagamento, para colmatar as lagunas externas.

Para resolver a crise económico-financeira e evitar uma maior deterioração da economia, o Governo decidiu prosseguir sistematicamente com uma estratégia de desenvolvimento orientada para o exterior. Esta estratégia visava tirar proveito dos vastos recursos naturais do país para a expansão da agricultura, ao mesmo tempo em que tinha em conta a estrutura socioeconômica do país, resultante de cinco séculos de monoprodução de culturas de rendimento.

A estratégia do Governo foi baseada em quatro objetivos essenciais e implementada em duas fases:

- Criar o ambiente propício para uma forte expansão da produção e da exportação agrícola, com a diversificação progressiva em direção a outras fontes de divisas, particularmente as atividades ligadas ao turismo;
- Reduzir o défice do sector público, em conjunto com o redirecionamento dos recursos disponíveis para os setores mais produtivos, especialmente a agricultura;

- Estimular o crescimento através da reforma do sistema de incentivos, incluindo políticas de preços e salários em favor do setor rural e uma maior participação do sector privado;
- Implementar uma estratégia financeira para mobilizar os recursos externos necessários, para assim alcançar a estabilidade e o crescimento equilibrado.

Não obstante o implemento de tais medidas, que visavam reorganizar o sistema de incentivo à produção, os desequilíbrios internos e externos mantiveram-se críticos até 1986. Em novembro do mesmo ano, uma missão do BM, FMI e BAD acordou com o Governo um "Programa de Ajustamento Macroeconómico", através do qual articulou-se um conjunto abrangente de reformas que deveriam ser implementadas em fases. A primeira fase do programa foi projetada para remover as distorções macroeconómicas mais críticas, ou seja, a taxa de câmbio sobrevalorizada, os défices orçamentais excessivos e a expansão monetária, para restaurar a rentabilidade do sector da agricultura e do cacau em particular. Durante esta fase, a assistência técnica a longo prazo foi coordenada pelo PNUD e financiada pelo PNUD, BAD, AID e FMI, sendo selecionada para ajudar o Governo na gestão do Processo de Ajustamento Estrutural (PNUD, 2002:33-35).

Em face destas situações (baixa produção agrícola e baixos preços de cacau no mercado internacional) e da diferença entre os valores de exportação (5 milhões de dólares) e de importação (50 milhões de dólares), revelava-se em grande parte a débil balança de pagamentos do Estado (UN, 1997). Como consequência do agravamento da balança comercial, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) registada em 1982 foi de 20% do PIB do país e o financiamento do Programa de Ajuda Externa (doadores internacionais, Organizações Não-Governamentais) representou 6% do PIB. Este último valor (6% do PIB) foi utilizado para as despesas com saúde e educação. A soma das despesas públicas com saúde e educação perfaziam um total de 15% do PIB (PNUD, 1983).

### **5.5 Programa de Ajustamento Estrutural: a partir de 1988**

É neste contexto que o Governo decidiu aderir e aplicar o PAE. Uma missão de avaliação, com a participação do FMI e do BAD, visitou STP em abril de 1987, para trabalhar com o Governo sobre o projeto detalhado da operação de crédito que iria

apoiar a primeira fase do PAE. As negociações foram realizadas em Washington, em maio de 1987.

O SAC (*Structural Adjustment Credit*) foi aprovado pela Diretoria Executiva em junho de 1987 e entrou em vigor em janeiro de 1988. A segunda fase do SAP foi planeada para ajudar a consolidar os progressos realizados no âmbito da primeira fase. (FMI, Banco Mundial, UNDP, 2002).

Desta forma, o PAE foi introduzido em 1987 em STP para resolver os problemas do endividamento, do desequilíbrio das contas públicas e da balança comercial, depois de serem estabelecidas as diretrizes do programa pelo BM, FMI e o Governo, como foi citado pelo Banco Mundial em 1987: “*an informal report on the country economic situation, discussed with the authorities in Sao Tome and Principe in November 1986, presents an analysis of the country's economic performance and sets forth the essential elements of a comprehensive structural adjustment strategy*” (1987:1).

Este programa visava um conjunto de medidas, tais como a desvalorização da moeda, o implemento de reformas políticas e fiscais, a reestruturação do programa de investimento público e das empresas públicas deficitárias, a liberação de preços de produtos e serviços e um pacote de incentivos para facilitar a iniciativa privada. Durante este período (1987–1990) o Governo fez esforços para estabilizar a economia, nomeadamente através de políticas para promover uma maior disciplina fiscal, a redução da inflação e políticas de câmbios mais realistas para a desvalorização da moeda (Dóbra) em termos reais.

As principais medidas do Programa de Ajustamento Estrutural eram as seguintes:

**Contenção da Deflação** - Esta medida consiste em desacelerar o crescimento da procura interna para reduzir as importações e o défice público, com ênfase:

- No controlo rigoroso da moeda e na redução da disponibilidade de crédito;
- No aumento da taxa de juro e na eliminação de subsídios ou empréstimos (ex.: créditos ou subsídios aos agricultores);
- Na redução do défice fiscal, através de cortes na despesa pública corrente e de investimento (com exceção ao pagamento das dívidas), cortes nos sectores sociais (educação e saúde), redução do número de funcionários e congelamento dos salários,

eliminação dos subsídios (transportes, fertilizantes, bens de consumo popular, etc.) e aumento das tarifas dos serviços básicos de abastecimento (água, luz elétrica, gás).

**Desvalorização da Moeda** - Esta medida tem como objetivo reduzir défice comercial. A desvalorização da moeda encarece as importações, a procura no mercado nacional reduz-se e tende-se a promover as exportações (ao reduzir procura interna, aumenta-se a competitividade internacional e incentiva-se os produtores nacionais a vender nos mercados externos, onde se obtêm divisas e receitas superiores).

**Desregulamentação do Mercado** – Um dos efeitos desta medida é deixar que o mercado assuma o papel principal na atribuição dos recursos, de forma a garantir melhores preços para os produtos. Esta medida está focada em três pontos:

- Eliminar os subsídios e controlos de preços e salários por parte do Estado; desregulamentar os mercados laborais, com efeitos na redução da cobertura de prestações sociais; reformular as relações laborais, para diminuir o poder dos sindicatos e da negociação coletiva;
- Reduzir o papel e o peso do Estado no sistema económico; incentivar o Estado a promover a privatização de empresas.

**Políticas Sectoriais** – As políticas sectoriais orientam-se à contenção das despesas na estrutura económica e à atenuação dos custos sociais do ajustamento. Estas medidas assentam-se em três pontos:

- Promover o sector da exportação, especialmente os chamados sectores “não tradicionais”, mediante isenções fiscais e aduaneiras e medidas legislativas, com a criação de “zonas francas”, nas quais as empresas estrangeiras não pagam impostos e não se aplicam as leis laborais;
- Apoio ao sector privado e às suas instituições (organizações empresariais), reforçando a sua capacidade de negociação em face dos poderes públicos; melhoria na eficiência das instituições estatais;

Desde 1987 foram implementadas políticas de compensação social de carácter temporário, tais como os programas de emprego de emergência, saúde primária,

subsídios alimentares, etc., orientados para os sectores mais pobres mediante os fundos de “Investimento Social” (José Sanahuja, 1994:67-69).

Os fracos resultados conseguidos até então permitiram acordar com o FMI a transação do primeiro crédito do PAE no âmbito de *Structural Adjustment Facility* (SAF), aprovado em maio de 1989, abrangendo um período de três anos (1987–1991). No entanto, a queda da cotação dos preços da matéria-prima (cacau) no mercado internacional inviabilizou o cumprimento dos objetivos previstos para 1989 entre FMI/BM e STP. Em face desta situação, o FMI decidiu adiar as negociações do segundo SAF para o ano de 1990. Diante deste cenário, foram exigidas duas condições para que o FMI e o BM retomassem e continuassem o programa: o Governo tinha de assegurar a viabilidade externa da economia a médio prazo num período de 3 anos, assim como dar provas do cumprimento e da continuidade dos objetivos acordados.

Dois situações impediram o retorno às negociações com o FMI em 1991. A primeira foi a contração de um empréstimo em 1988, em termos comerciais, para a aquisição de casas pré-fabricadas italianas, no valor de 14 milhões de dólares, a ser reembolsado a curto prazo, o que agravou substancialmente a situação da dívida externa do país. A segunda foi o número elevado de despesas realizadas de forma incontrolada e fora do orçamento aquando das eleições legislativas e multipartidárias em janeiro de 1991, o que encerrou a Primeira República e deu início à Segunda República.

No entanto, como citado pelo Banco Mundial (1990), constatou-se também uma pequena melhoria no crescimento do PIB, na produção do cacau e de outros bens e serviços, como se pode constatar nesta citação: “*GDP is estimated to have grown by between 2 and 2.5 percent during 1988 and 1989, compared with a 4 percent decline in 1987. On the supply side, this was due mainly to the impact on agricultural production of improved management and incentives. Cocoa production expanded from about 3,900 tons in 1987 to about 4,300 tons in 1988 and 5,000 tons 1989. Coffee, vegetables, fish, chicken, pork and goat production have also contributed to the expansion of supply. Construction, mainly housing, and services, including tourism, have also grown. On the demand side, following declines of 4 percent in 1987 and 1988, consumption grew by about 6 percent in 1989. Total investment grew by about 15 percent in 1988 and by 70 percent in 1989, compared with 6 percent in 1987; this reflected mainly substantial*

*investments in agriculture, infrastructure, health and education. These investments are expected to yield results in the 1990s”.*

## **5.6 Evolução da II República: de 1991 a 2000**

Convencionou chamar a II República o fruto do novo quadro político-institucional, criado com aplicação da nova Constituição da República e da rutura com o sistema de governação, o qual durou entre 1975, aquando da independência de STP, até 1990. A aprovação da nova Constituição Política foi referendada em agosto de 1990. A partir de então, a soberania do Estado passou a pertencer ao povo, que exerce o sufrágio universal, direto e secreto. Desta forma, findou-se o sistema de partido único e abriu-se as portas ao multipartidarismo.

Aos cidadãos passou a ser reconhecida a liberdade de consciência, de religião, de culto, de criação intelectual, artística e científica, a liberdade de expressão, informação, reunião, manifestação e associação, bem como o direito à vida, à integridade pessoal, à identidade e à intimidade. A todos é reconhecida a igualdade de direitos e deveres perante a lei, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção filosófica. Do mesmo modo, ficou estabelecido que a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada a plena participação na vida política, económica, social e cultural (UNDP, 2002:34).

## **5.7 Crise Económica da Década de 90 – Incumprimento dos Objetivos dos Programas de Ajustamento Estrutural**

As expetativas criadas com o fim do partido único e o início do multipartidarismo foram reduzidas desde o início, devido aos efeitos sociais resultantes das primeiras medidas macroeconómicas adotadas pelo Governo da I República. As quedas sucessivas de Governos e a instabilidade político-social determinaram as falhas nas melhorias económicas e sociais.

Tendo então tomado posse o novo Governo, resultante da primeira eleição legislativa livre e universal, tinha-se de lidar urgentemente com duas situações, nomeadamente realizar ações, visando alterar a situação de extrema miséria e as dificuldades com que se confrontava a população, e dar uma resposta urgente ao descontentamento da comunidade doadora em razão do incumprimento dos acordos no ano de 1990, a qual se exprimia essencialmente através dos representantes do FMI e do BM.

Medidas urgentes deveriam ser tomadas perante uma população que já sofria com a ditadura das medidas da primeira fase do programa, pelo que se instaurava um problema quanto à aceitação popular de novas medidas de austeridade. Como forma de superar este impasse, o Governo decidiu prolongar as negociações, o que acarretou o aumento da inflação e da taxa de câmbio. Ainda em 1991, com a queda do primeiro Governo (PCD), o novo Governo tomou medidas drásticas para estabilizar a economia. A moeda foi desvalorizada, foram aplicadas novas medidas nas políticas fiscais e monetária, as tarifas elétricas aumentaram em 50% e foram aplicadas taxas nos serviços públicos.

Paralelamente a estas medidas, também foi criada uma política para distribuição de terras. Estabeleceram-se, assim, as bases para levar a cabo a profunda reforma do sistema financeiro. No domínio comercial, foram completamente abolidas as margens de lucro que ainda limitavam a comercialização de três produtos: feijão, arroz e óleo alimentar. Decerto, este conjunto de medidas, em razão da sua dureza, teve um efeito político devastador sobre o Governo recentemente instalado. Diante desta situação, o Governo, como citado pelo Banco Mundial, *“Sao Tome and Principe has started on a long and difficult path to establishing the conditions for self-sustained growth. Recognizing this, the Government has decided to embark on a second phase of adjustment program, covering the period 1990-1992”*(1990:6).

Os objetivos desta nova fase do programa seriam:

- Consolidar os progressos na taxa de câmbio, política fiscal e política monetária;
- Estimular o crescimento económico através de políticas de comércio e de preços adequados, através do investimento privado e da diversificação para o desenvolvimento do sector de cacau e a redistribuição de terras;
- Racionalizar o programa de investimento público;
- Melhorar a capacidade administrativa do sector público através de empresas públicas e reformas da função pública;
- Melhorar o funcionamento do sistema financeiro;
- Gerir a dívida externa com o objetivo de libertar recursos para o crescimento económico.

As grandes linhas do programa continuaram a focar na melhoria dos incentivos, para assim aumentar a produção de bens de capital dentro de um quadro macroeconómico estável. Durante esta fase do programa, a expectativa era de que a economia de STP experimentasse um crescimento económico real, incluindo um aumento na produção de bens de capital. Ao mesmo tempo, a estratégia de ajuste do Governo visava aumentar o investimento privado, definindo a base para o crescimento económico autossustentado a longo prazo.

Neste sentido, quem mais sofreu com as medidas impostas pelo FMI/BM através dos PAE foi a população, uma vez que o processo de ajustamento exigiu uma redução nos gastos do Governo e a flexibilização das condições de emprego, particularmente no sector público empresarial.

### **5.8 Programa de Ajustamento Estrutural – Impacto Social**

No início, foi reconhecido que o programa para a reforma mudaria os termos de troca em favor do setor rural, do que resultariam aumentos substanciais na renda familiar rural. Além disso, esperava-se que as novas políticas salariais e a liberalização de preços beneficiassem os trabalhadores e pequenos proprietários. As mudanças na alocação de recursos e os incentivos para o setor privado implicariam um período de transição. Em reconhecimento da importância de atenuar o impacto social negativo, o Governo procurou desde o início buscar algumas alternativas ao impacto das reformas, que são:

- Manter e aumentar a distribuição de ajuda alimentar;
- Melhorar a eficiência das despesas públicas nos sectores sociais, como na saúde e na educação;
- Acompanhar a dimensão social do PAE através de um estudo do PNUD, financiado e gerido pelo BM;
- Estabelecer um fundo de redistribuição para os funcionários públicos demitidos;
- Permitir a distribuição de terras para fornecer novas oportunidades para a exploração de terras entre os pobres.

Contudo, além destas alternativas em face do impacto do referido programa, o Governo ainda precisava resolver os problemas sociais emergentes no setor urbano, causados pelo desemprego e pela remoção de subsídios aos alimentos básicos:

- Os salários do setor público urbano não mantiveram o mesmo ritmo do aumento nos preços dos alimentos;
- Os resultados preliminares indicavam que o ajustamento afetava negativamente os funcionários públicos e os residentes urbanos, em grande parte por causa do aumento de preço dos combustíveis e dos serviços públicos.

### **5.9 Programa de Ajustamento Estrutural – Impactos (1986-96)**

Segundo Gerhard Seibert, 1998, mesmo depois do implemento do sistema democrático em STP, a situação económica não melhorou, pelo que se constatou um aumento da pobreza e uma degradação dos indicadores sociais. Uma boa parte de objetivos acordados entre o Governo de STP e as instituições de *Bretton Woods* no âmbito do PAE (1987-1996) não corresponderam às expectativas, isto é, a taxa de crescimento do PIB, que havia sido projetada para 4% ao ano (1989-1996), concretizou-se apenas em 1,5% ao ano.

A taxa de crescimento demográfico permaneceu em 2,5%, quando havia sido projetada para 5%; o PIB per capita estava estimado entre 483/500 dólares (1989-1996), mas constatou-se um decréscimo para 317 dólares. A taxa de inflação atingiu o seu pico mais alto em 1997 (PNUD, 1995:4).

Mesmo após todos os investimentos financeiros da Ajuda Externa ao Desenvolvimento, constatou-se que o PIB real per capita foi de apenas 65% do seu valor no ano de 1981 (Banco Mundial, 1997:8).

Constatou-se também que a diferença entre os preços e os salários da função pública aumentou, isto é, os preços dos produtos e serviços dispararam e os salários permaneceram congelados, e em alguns casos houve a necessidade de reduzir os salários dos funcionários da função pública. A dívida externa aumentou de 215 milhões de dólares em 1991 para 257 milhões de dólares em 1996 (Banco Mundial, 1997:13).

Desta análise se pode concluir que os resultados dos PAE na economia são muito modestos. Já o tinham sido na década de 80 e continuavam a ser na década seguinte. Com efeito, nos dez primeiros anos que se seguiram à independência, o PIB real por habitante diminuiu em cerca de 30%. No período entre 1986 e 1995, em termos reais, o PIB aumentou anualmente apenas +1,2%, ou seja, um valor muito inferior à taxa de crescimento médio anual da população (+2,6%). Convém assinalar que só a partir de

1995 se verificou uma relativa melhoria, sendo, respetivamente: 2,0% em 1995; 1,5% em 1996; 1,0% em 1997; 2,5% em 1998 e 2,5% em 1999.

Contudo, em face do controlo da inflação, o qual em 2000 passou à escala de um dígito, o ritmo de crescimento do PIB real a partir deste ano ultrapassou o ritmo de crescimento da população, para se situar entre 3,5% e 4% em 2001. Este aumento não se deveu à agricultura, sobretudo em razão da fraca produtividade, pelo que a sua participação no PIB ter diminuído nos últimos anos. Assim, como principal fonte de emprego do país, a agricultura foi diminuindo a sua participação no PIB ao longo do período. Em 1994, a participação da agricultura no PIB, dominada pelo cacau, representava 25,5% e cinco anos depois, caiu para 20,7%. Esta tendência se manteve, sobretudo com a queda da produção do cacau, que atingiu apenas cerca de 2.900 toneladas no ano de 2000. Por conseguinte, o ritmo de crescimento da riqueza pôde não ser proporcional ao processo de redução da pobreza (Banco Mundial, 2000).

## **6 Os Impactos do PAE no Sector de Educação em STP.**

Após a análise dos impactos da introdução dos PAE na economia e nas populações de São Tomé e Príncipe, este capítulo irá então aprofundar os efeitos das medidas do PAE no sector da educação. Para o efeito, dividir temporalmente em três fases: período após a independência, período dos PAE e período pós PAE. Esta divisão evidenciará as diferenças existentes, apesar de cada período conter a sua própria história e o seu próprio condicionalismo, sobretudo quando se trata de contextos sensíveis, como o é a educação.

A partir do quadro pode-se perceber três etapas distintas, relativamente à evolução do OGE com a educação. A primeira e a segunda etapa da evolução (1980–1996) é marcada pela introdução e aprovação da nova Constituição do país, que nas suas alíneas dizia que a educação era gratuita e de responsabilidade exclusiva do Estado. No entanto, os gastos anuais com a educação mantiveram-se muito baixos, especialmente nos últimos anos mencionados na tabela acima.

Entre 1986 e 1989, a participação da educação nos orçamentos anuais do Governo variou entre 9 e 11%, em comparação com 19% na Tanzânia, 21% em Burkina Faso, 19,4% em Togo e 13,7% nos Camarões.

*Quadro 4 – Comparação dos Orçamentos de Estado com Educação, antes e depois do P.A.E.*

Antes /PAE (1980 – 1986)	Em % de Orçamento Geral do Estado	Em % do PIB	Investimento em educação em % do Investimento Público
1980	9.6	1.2	19.9
1982	6.8	1.2	15.6
1984	12.4	1.9	7.6
1986	15.3	2.2	6.9
Aplicação/PAE (1988-1996)			
1988	6.4	0.9	7.3
1990	5.00	1.2	6.8
1994	7.3	1.1	7.7
1996	8.0	1.9	6.4
Depois/PAE (2001-2007)			
2001	18.0	2.3	19.7
2003	17.4	3.2	9.9
2005	14.2	3.9	13.7
2007	16.0	4.4	n/d

Fonte: INE, ME, PNUD-STP, 2000-3

### **6.1 A educação Antes do Ajustamento estrutural**

O período pós-independência caracterizou-se por um aumento de instituições de ensino. STP fez progressos notáveis na expansão do seu sistema educacional desde a independência. Em 1983-1984, o país tinha quase alcançado a matrícula universal nas escolas primárias (97% das crianças com idades compreendidas entre os 5 e 9 anos foram inscritos) (embora essa percentagem baixe se considerarmos os outros níveis de ensino) e mais de 75% dos adultos foram inscritos no programa de alfabetização.

Com o objetivo de criar e acrescentar valor aos recursos humanos das Ilhas, muitos estudantes saíram do país com destino à Cuba e à Rússia, para frequentar universidades, já que o país não dispunha de instituições universitárias nem de instituições tecnológicas que permitissem aos estudantes continuarem os seus estudos superiores.

Com o passar do tempo, foram criadas algumas instituições escolares, como o Centro Profissional de Ubuá-Budo, o Centro Politécnico e algumas escolas (Escola de Agostinho Rita, Instituto Politécnico de Contabilidade e Gestão e Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe) para fazer face ao número crescente de estudantes.

Entre os anos de 1980 e 1986, de acordo com os registos do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, o número de crianças com idade escolar era 12 mil (INE/STP, 1990). O número de alunos inscritos e matriculados nos três níveis de ensino (pré-escolar, básico integrado e ensino médio) era 7 mil, o que correspondia a 60% do total de crianças com idade escolar.

Esta diferença entre alunos com idade escolar e alunos matriculados deve-se ao fato de muitas dessas crianças viverem nas localidades onde não havia instituições de ensino - as que existiam ficavam a muitos quilómetros das suas residências. Além disso, os filhos dos angulares dificilmente frequentavam as escolas, já que muitos ajudavam os pais na pesca e desde cedo praticavam a pesca artesanal, para assim ajudar nas despesas do dia-a-dia (Espírito Santo, 1993:25).

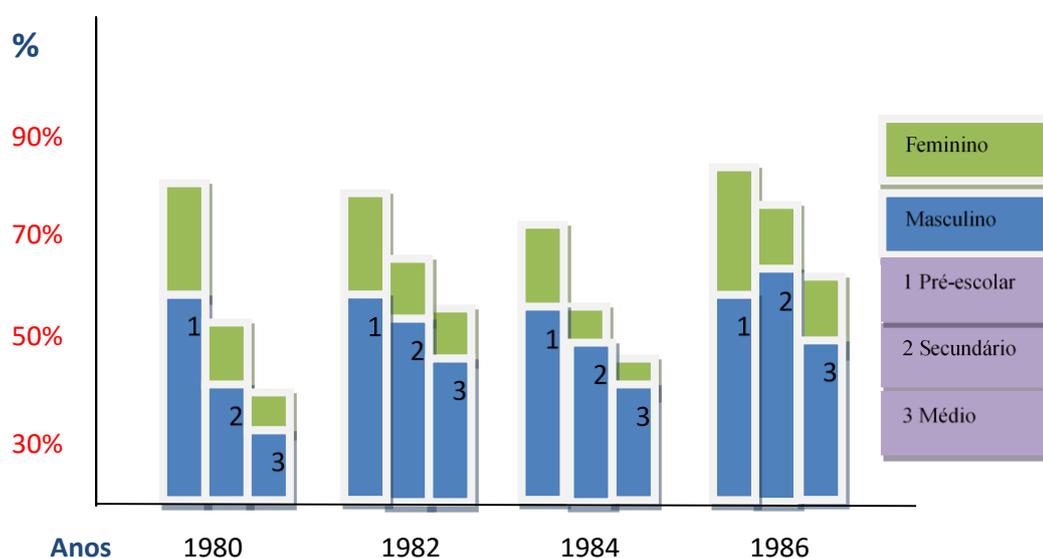
Segundo a mesma fonte (INE/STP, 1990), dentre os 7 mil alunos inscritos e matriculados, relativamente à paridade de género, 65% eram do género masculino e 35% do género feminino. Esta situação de desigualdade no que tange à percentagem de alunos por género foi fruto de pensamentos antiquados, como por exemplo “as mulheres desde cedo devem aprender a cozinhar, passar a ferro e arrumar a casa, para cuidar do marido e dos filhos”, pelo que frequentar escolas seria inútil e perda de tempo. Ademais, os pais tinham medo de deixar as suas filhas percorrerem muitos quilómetros sozinhas para frequentarem as escolas, já que poderiam ser vítimas de abusos sexuais, poderiam sofrer com a gravidez precoce e não só.

Em relação às crianças e jovens de género masculino, a situação era diferente. Considerados como futuros homens da casa e a fonte de estabilidade familiar caso o pai falecesse, tinham de sustentar a mulher e os filhos. A obrigação era, assim, frequentar os estudos e tirar o maior proveito possível para ser o “homem de amanhã”. Também por serem do género masculino, dificilmente sofriam os abusos sexuais dos quais eram vítimas as raparigas - podiam se defender melhor em qualquer situação semelhante.

Poucos eram os pais com condições financeiras para financiarem estudos de mais de dois filhos, pelo que, no momento de escolher aqueles que tinham mais possibilidade de concluir os estudos, escolhiam os rapazes. Por esta razão, até o ano de 1995 manteve-se a desigualdade entre rapazes e raparigas na frequência ao ensino escolar (UNICEF 1990; M/E 1991; INE/STP 1991).

A figura seguinte mostra a percentagem de estudantes por género em três níveis de ensino (ensino primário, secundário e médio), entre os anos de 1980 e 1986, período antes da implementação do Programa de Ajustamento Estrutural.

**Figura 5. Percentagem de Aluno Por Género (1980 – 1986)**



INE/STP/ME, 1999 – Gráfico percentagem de alunos por género (1980/1986)

No entanto verificou-se também um aumento significativo da procura por parte da população (crianças, adolescentes e jovens) e o aumento no número de instituições de ensino não acompanhou a procura. Isto decorre, por um lado, do Estado não possuir as condições económicas para investir nas infraestruturas de ensino e, por outro lado, do facto do país ter obtido a sua independência recentemente, estando ainda na fase de reestruturação e organização das suas instituições (Gaspar, 1998:20).

## 6.2 Educação Durante os Programas de Ajustamento Estrutural (1988-1997)

*“Sao Tome and Principe's social indicators, which several years ago were better than the average for sub-Saharan Africa, have significantly deteriorated. In particular, while Sao Tome and Principe's education indicators were among*

*the best in sub-Saharan Africa through 1990, the situation of the educational infrastructure has sharply deteriorated in the last decade. The overall quality of education has declined as a result of the lack of classrooms, sufficient and suitable textbooks, and a lack of professional and qualified teachers (only 45 percent of teachers are qualified)” (World Bank, 1999).*

Tal como demonstrado no capítulo anterior, a aplicação dos PAE levou a grandes mudanças em São Tomé e Príncipe, fruto das medidas de austeridade impostas por este programa, com o objetivo de melhorar o sistema económico-financeiro. Estas medidas limitaram os investimentos em todo o sistema de educação, com repercussões na sua qualidade para toda a sociedade. Para controlar a despesa em geral e reduzir as despesas do Estado, apesar de área da educação ser considerada como imprescindível para promover o desenvolvimento, foram efetuados cortes severos em investimentos destinados à melhoria do sistema educativo, incluindo na formação de novos professores, em todo tipo de materiais escolares e nos equipamentos para melhorar o ensino ou nas infraestruturas.

STP, na sua constituição demográfica, apresenta uma base larga, o que corresponde ao domínio de uma população jovem, quando comparado com as outras faixas etárias da população (adultos e velhos), o que implica num grande esforço do Estado para suportar as despesas com educação.

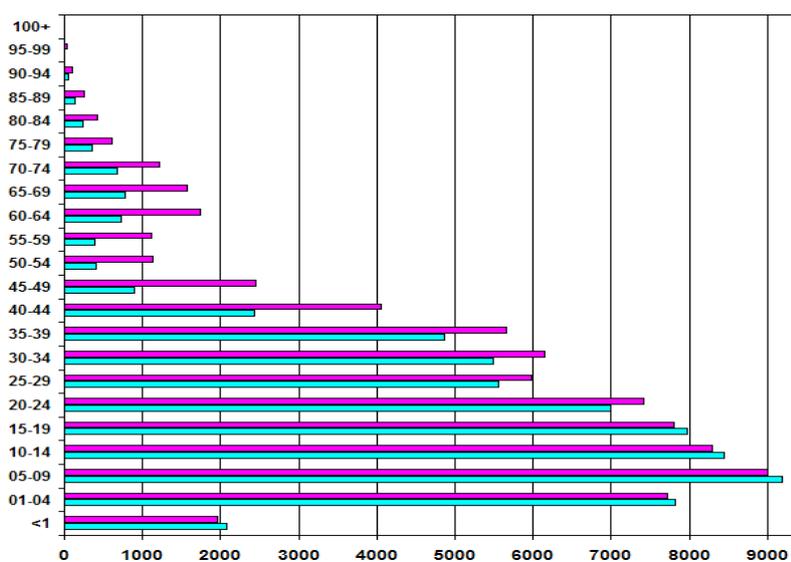


Figura 6. Pirâmide Etária de STP 2007

Desde 1981 até a atualidade, a pirâmide etária de STP tem mantido a estrutura acima. O Estado tem a necessidade de multiplicar os seus esforços para financiar as despesas com a educação. Desta forma, o peso da educação acaba por se refletir fortemente nas finanças públicas, o que, por sua vez, compromete o a redução da despesa almejada pelos PAE.

Para concretizar os objetivos impostos pelo PAE, foram adotadas algumas medidas para minimizar as despesas com educação, já que este sector era financiado totalmente pelo Estado (diferentemente da atualidade, já que os estudantes agora pagam propinas):

- Redução de professores e aumento das horas de trabalho;
- Redução e atraso no pagamento dos salários;
- Remoção de subsídios (transporte e desempenho);
- Cortes nos novos investimentos na infraestrutura de ensino;
- Cortes dos subsídios de apoio às famílias desfavorecidas, para a educação e a formação;
- Congelamento dos salários;
- Cortes nas despesas referentes aos materiais e equipamentos escolares (cadeiras, mesas, livros, etc.).

Estas medidas tiveram consequências, nomeadamente as várias greves que se sucederam, a desvalorização do papel do professor, a desistência por parte dos alunos, pela falta de subsídio às famílias carenciadas, os atrasos no início dos anos letivos, o pouco interesse por parte dos professores em lecionar as aulas, por falta de incentivos, a falta de materiais e equipamentos indispensáveis (livros, quadros, cadeiras, carteiras), o que, em conjunto, condicionou em muito a qualidade do ensino (Inquérito PAE, 2015).

No fim dos anos 90, a qualidade do ensino era preocupante: dos 85% de jovens que frequentavam o ensino secundário, somente 16% conseguiram completar este ciclo, do que se conclui pela má formação de base, isto é, fraca qualidade no ensino primário (UNESCO, UNICEF, 2000:75-77).

O ensino profissional e o ensino técnico também revelavam também a fraca qualidade e a falta de investimentos, quer em novas infraestruturas, quer em novos equipamentos. As instituições de ensino têm capacidade limitada e a procura é maior do que a oferta, já que careceram de investimentos e de uma maior atenção do Estado.

No quadro abaixo pode-se observar que a rede escolar nos primeiros anos do século XXI era composta por uma centena de escolas, o que era insuficiente para tanta procura. A pressão da procura por escolas é muito maior no ensino pré-universitário (14.300 alunos por escola) e secundário básico (1.464 alunos por escola) do que no ensino primário (459,4 alunos por escola). A razão de uma tal situação explica-se pela distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino no país e pelos diferentes níveis de ensino. Na realidade, a passagem do ensino primário ao ensino secundário caracteriza-se por uma redução drástica do número de escolas, pois passa-se de um total de 74 escolas no ensino primário para um total de apenas 12 escolas em todo o ensino secundário básico, enquanto que a passagem do ensino secundário básico ao pré-universitário tem ainda uma redução de 12 escolas para apenas uma.

A oferta da educação sofre assim uma quebra significativa à medida em que se aumenta o nível de escolaridade, de forma a aumentar a pressão da procura (INE, 2003; Características Educacionais da População, III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001).

**Quadro 5 - Estabelecimento escolares por Distritos e por níveis de ensino**

Tabela de repartição de estabelecimentos Escolares por tipo e por Distrito, segundo o nível de ensino									
Região Distrito	Carta escolar para o ano letivo 2000-2007								
	Nº de estabelecimentos de ensino	Pré-Escolar		Primária		Secundária Básico		Pré-Universitário	
		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Água Grande	30	8	3	14	3	3	3	2	3
Mé-zoche	35	14	1	18		2			
Cantagalo	18	8		9		1			
Caué	16	5		9		2			
Lembá	16	7		8		1			
Lobata	20	9		9		2			
Príncipe	12	3		7		1		1	
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>54</b>	<b>4</b>	<b>74</b>		<b>12</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Fonte: PNUD, Ministério da Educação, 2002 - 2005

Para minimizar a falta de salas de aula em razão do aumento da procura, o Governo decidiu usar salas de aula para turnos duplos e triplos, isto é, numa mesma sala de aula frequentavam alunos de diferentes níveis de escolaridade em diferentes horários/turnos, por exemplo: das 7:00 às 11:00 (1º Classe), das 11:00 às 14:00 (2º Classe), das 14:00 às 17:00 (3º Classe).

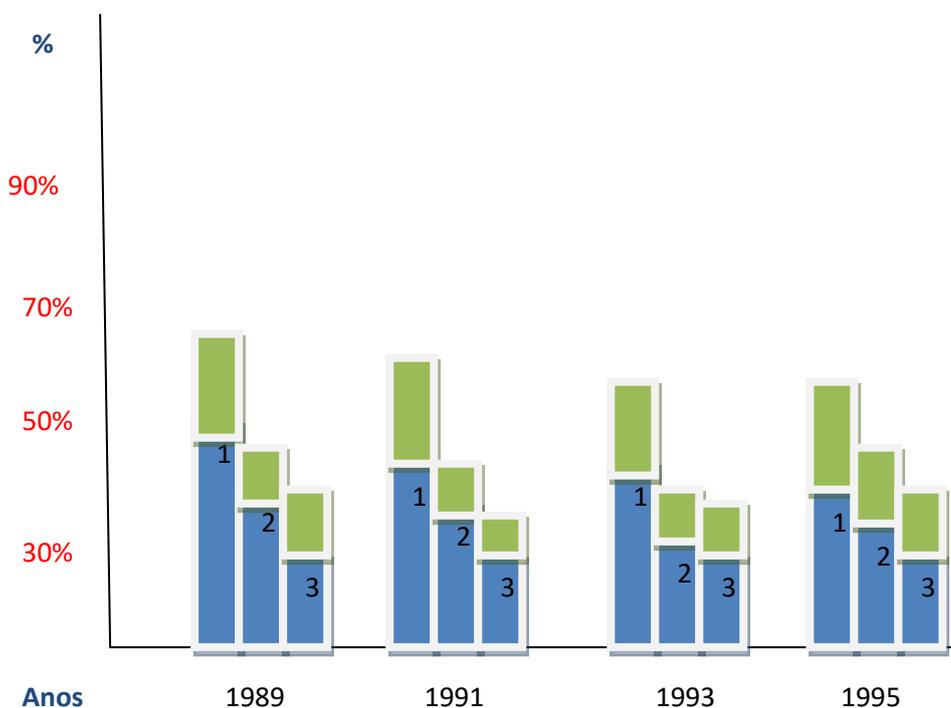
Em suma, cada turno tinha apenas 4 horas de aulas por dia. Essa situação diminuiu a eficácia do sistema educativo e, durante 1996-99, a taxa de repetição total foi de 31% da inscrição nas escolas primárias, além de mais de 30% das crianças abandonarem os estudos antes de atingir a sexta série. Os dados também indicam que o número de meninas que abandonaram a escola era maior do que o dos meninos (Banco Mundial, 2001).

Na figura abaixo, podemos observar a taxa de alunos inscritos e matriculados nos três níveis de ensino (ensino pré-escolar, ensino secundário e ensino médio) em STP entre os anos de 1988 e 1994, correspondente ao período em que estavam sendo aplicadas as medidas do PAE, iniciadas em 1987 (paridade de género - Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Educação, Relatório Internacional da UNICEF e da UNESCO, 1999).

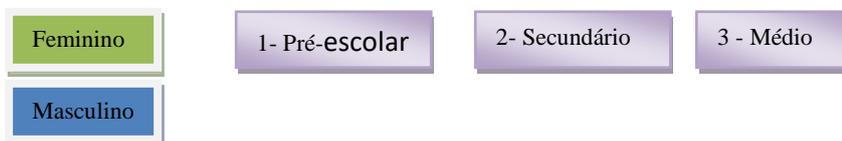
Assim, como se pode ver comparando com os dados apresentados para o período antes do ajustamento estrutural, a percentagem de alunos inscritos e matriculados entre os anos de 1988 e 1994 no ensino pré-escolar, secundário e ensino médio é muito inferior quando comparado com os alunos matriculados entre os anos de 1980 e 1986, período que antecedeu a aplicação do PAE.

Este fato deve-se ao conjunto de situações derivadas das medidas impostas pelo FMI e pelo BM, através do PAE, para resolver o problema do endividamento e restabelecer a balança comercial a médio prazo.

Figura 6. Percentagem de alunos por género (1989 – 1994)



INE/STP/ME 1999 – Gráfico percentagem de alunos por género (1989/1994)



Depois da aplicação do PAE e das consequências derivadas das medidas impostas, como os cortes e o congelamento de salários, o aumento de horas extraordinárias, os cortes nos subsídios de apoio aos familiares e no apoio aos serviços escolares, como se pode verificar na figura a cima, o número de alunos em percentagem decresceu.

Muitos estudantes abandonaram os estudos para ajudar os pais nos campos, outros desistiram devido à falta de recursos dos pais, à falta de apoio e ao rendimento familiar reduzido, em razão dos cortes nos salários e despedimentos de funcionários.

Contudo, vale ressaltar que, apesar da crise, não houve grandes desistências no ensino básico, até porque, segundo a Constituição de STP, Artigo 55, “a educação é um direito

de todos e dever do Estado e da família”. Pois, o acesso ao ensino básico é obrigatório, gratuito e é um direito.

A consequência das medidas acima expostas foi, sobretudo, a deterioração do acesso e da qualidade da educação em STP. Por exemplo, o crescimento médio de escolarização ao nível primário para os períodos de 1988/89 e 1990/91 foi de apenas cerca de 1%, abaixo da taxa de crescimento populacional. Ao mesmo tempo, a taxa de repetentes cresceu.

Em 1986-1987, a taxa de abandono escolar no ensino primário de STP foi de 4%, e a taxa de repetição foi de 28,6%, em comparação com a taxa média de repetição para todos os países africanos de baixa renda de 16% em 1970 e de 12% em 1983. No ensino secundário, o problema foi ainda pior. As instalações eram igualmente inadequadas e apenas 22% dos professores eram qualificados. A taxa de repetição foi de 50 % entre 1983/84 e 1987/88, em comparação com uma média de 6% em 1970 e de 10% em 1983 para todos os países africanos de baixa renda.

Segundo a Dra. **Julietta Nazaré**, professora e mãe, residente em Inglaterra, a situação vivida após o período do PAE, pode ser assim descrita: “Foi muito difícil o que vivemos, vi o meu salário congelado, salários atrasados de 3 a 6 meses, fui despedida das minhas funções sem nenhuma indemnização por parte do Estado. Tive que regressar à casa dos meus pais porque não tinha como pagar a renda da casa onde vivia”.

Muitos foram aqueles que também viveram situações semelhantes, como o Sr. **Aurélio Cravid**, antigo funcionário das obras públicas de STP, ainda residente em STP, que foi despedido das suas funções sem indemnização nem subsídio para se manter até encontrar outro emprego. Pai de quatro filhos, viu-se obrigado a trabalhar na agricultura para sustentar a família e ter algum meio para as despesas do dia-a-dia. Como o trabalho agrícola requer mão-de-obra, houve necessidade de “obrigar” os filhos a deixarem de estudar, até porque não tinha recursos para mantê-los na escola, para irem trabalhar nos campos, onde cultivavam hortaliças, milho e algumas árvores de frutos para o sustento da família.

“Eu tomava o pequeno-almoço, chá com pão seco, andava 10km todos os dias de casa para a escola e de escola para casa, não almoçava nem levava lanche, comia caroço de manga na estrada, e muitas vezes chegava em casa e não tinha o que comer, eu

jantava jaca”. Esta foi a situação vivida pelo Sr. **Edmar Assunção** entre 1988 e 1993. (Inquérito, PAE, julho de 2015).

Em quase todas as políticas de contenção de despesas, as áreas mais vulneráveis e afetadas são a educação e a saúde, as quais normalmente exigem grandes esforços do Estado para cobrir as despesas com pessoal, serviços, manutenção, entre outros, para garantir o funcionamento regular das instituições. A redução de despesas com educação teve como efeito a redução de pessoal, isto é, despedimentos, encerramentos de estabelecimentos de ensino, redução e congelamento de salários, cortes nos subsídios de apoio aos alunos e nos serviços ligados ao funcionamento das instituições escolares, além do congelamento de investimentos como bolsas de estudos no exterior (Instituto Nacional de Estatística -São Tomé e Príncipe, 2003).

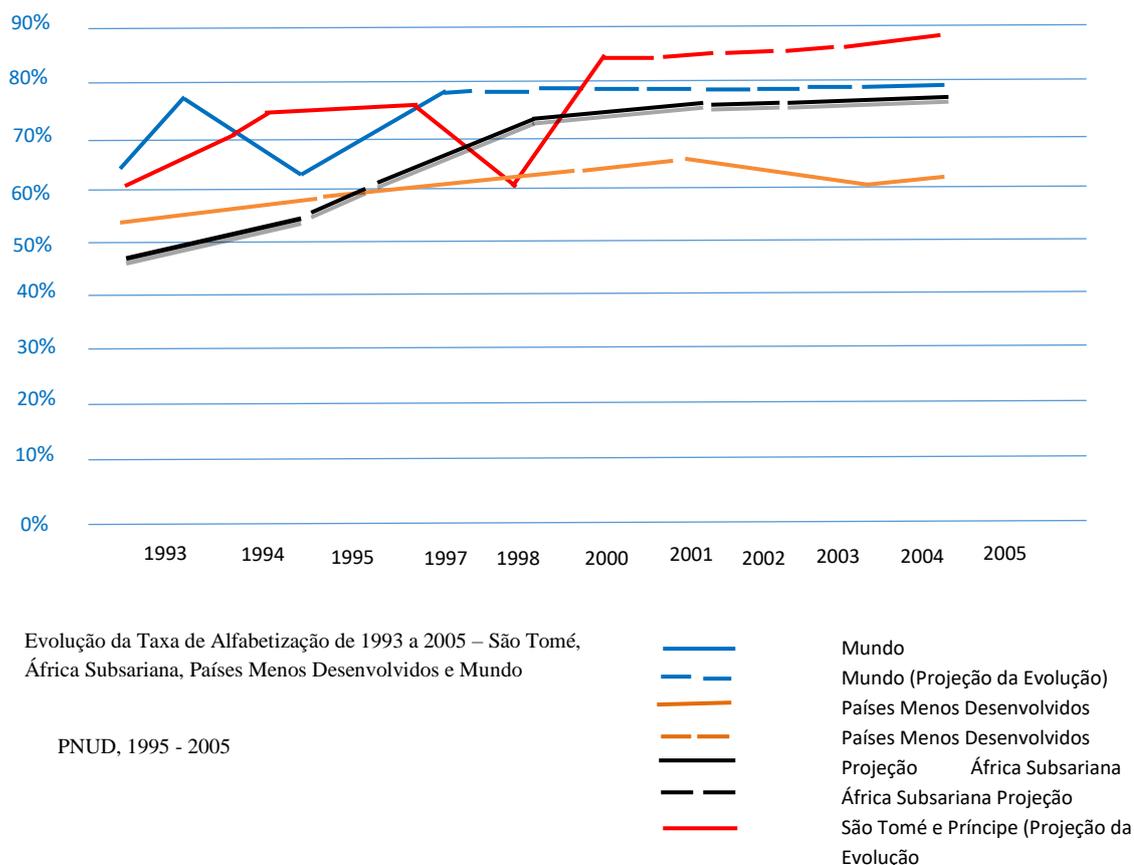
### **6.3 O sector da educação após os PAE**

#### **6.3.1 Sistema Educativo a partir de 1998**

Com a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1991, tendo o país adotado o sistema democrático multipartidário, as aspirações de uma sociedade justa, livre e democrática foram alcançadas. Novas metas foram traçadas, novas prioridades surgiram e a preocupação com o desenvolvimento económico, social, político e cultural tornou-se realidade. A abertura ao sistema democrático despertou a atenção da comunidade internacional atraindo a ajuda externa ao desenvolvimento, favoreceu a entrada das Organizações Não-Governamentais para a promoção de programas de desenvolvimento e, sobretudo, possibilitou a renegociação da dívida externa (Bragança, 2015). Após 6 anos, a partir de 1997, e apesar das crises políticas que se foram sucedendo no país, os indicadores da educação começaram a mostrar melhorias quando comparados aos dos outros países da África Subsariana e dos países menos desenvolvidos de maneira geral.

Embora a qualidade as infraestruturas pré-escolares e de ensino básico seja considerada baixa, quer pela falta de salas de aulas, equipamentos e materiais escolares, quer pela carência de recursos humanos qualificados para lecionarem, os investimentos realizados nesta área desde 1995 até 2005, através de parcerias com organismos internacionais, permitiu em grande parte melhorar a qualidade de ensino, abrangendo quase toda população, estando agora as infraestruturas espalhadas por todo o país (Cardoso, M. 2005:311-315).

**Figura 7: Evolução de Taxa de Alfabetização em STP 1993 - 2005**



Na figura acima, podemos verificar que São Tomé e Príncipe está numa posição privilegiada quando comparado com o resto de países da África Subsariana. Essa melhoria é fruto de novos investimentos na área da educação, tais como:

- Programa de Alfabetização, que contou com apoio da UNICEF e do PNUD, em 2000 e 2002;
- Investimentos nas novas escolas e nos centros de formação superior (Escola Primária de Almas, ISP – Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, Liceu D<sup>a</sup>. Maria Manuela Margarido em Trindade, Jardins e Escolas de Formação superior de iniciativa).

Associados às situações expostas, estão também a carência de pessoal qualificado para lecionar, o excesso de alunos nas salas de aulas (salas de aulas com 70 a 80 alunos) e o baixo salário, fatores que não estimulam nem satisfazem os profissionais que trabalham nesta área.

### 6.3.2 Evolução das Despesas com Educação entre 1997 e 2000

No quadro abaixo é visível o aumento de investimentos realizados na área da educação. Esta evolução foi fruto da consciencialização do Estado e do implemento de políticas concretas para desenvolver a educação no país.

*Quadro 5. Evolução das Despesas com Educação 1997 – 2000*

Evolução das Despesas com Educação 1997 - 2000				
Anos	1997	1998	1999	2000
Despesas Correntes da Educação (Milhões de Dólares)	3016	5458	7487	8319
Em % do orçamento do Estado	11.00	12.4	15.5	15.3
Em % do PIB	1.5	1.9	2.2	2.7

Fonte: (ME, INE – STP, 2003)

Consciente do papel fundamental da educação na mobilização do potencial do país para o crescimento económico e a redução da pobreza, o Governo preparou uma ampla política de desenvolvimento para o sector, que são:

- Promover a igualdade de acesso ao sistema de ensino em todos os níveis, sem discriminação;
- Melhorar a qualidade do ensino, aumentar a taxa bruta de matrícula na escola primária de 70% em 1999 para 90% em 2002 e, eventualmente, atingir a matrícula universal até 2005.

O Governo aumentou a taxa de alfabetização dos adultos, eliminou a modalidade de horas de aula de dois a três turnos diários nas escolas primárias (aumentando assim as horas médias das aulas de 4 a 7 horas por dia). O desenvolvimento da formação técnica e profissional também foi necessário para atender às necessidades de desenvolvimento económico e social do país, pelo que se constatou uma melhoria na qualidade do ensino médio. Por esta razão, para além da educação geral, o Governo desenvolveu a formação profissional modular, reforçando simultaneamente a aprendizagem em larga escala (PNUD, 1999).

Outras metas também foram estipuladas, através dos objetivos da Declaração Mundial sobre a Educação, o que, de certa forma, têm contribuindo para o melhoramento e o desenvolvimento da educação no país.

### **6.3.3 Relatório de Avaliação Nacional - Marco de Dakar**

Segundo os objetivos propostos pela reunião de Dakar (Ministério da Educação, Cultura e Ciência, 2015:9), ficou definido no Marco de Dakar<sup>9</sup> uma agenda comum de políticas de educação para todos, visando o fortalecimento da cidadania e a promoção das habilidades necessárias para alcançar um desenvolvimento humano pleno e sustentado. Para o efeito, os países reunidos acordaram estipular 6 objetivos, a ser concretizados por todos os países signatários do compromisso de Dakar até 2015, os quais de seguida passamos a citar:

1º - Expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;

2º - Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;

3º - Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, às habilidades para a vida e aos programas de formação para a cidadania;

4º - Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015;

5º - Eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia do acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;

6º - Melhorar todos os aspetos na qualidade da educação e assegurar a excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, na matemática e nas habilidades essenciais à vida.

Para alcançar estes objetivos propostos, através de Marco de Dakar, foram feitas melhorias no Orçamento Geral do Estado (OGE) na área da educação, como pode-se ver no quadro seguinte, através da comparação dos OGEs antes de depois do PAE.

---

<sup>9</sup> É uma reafirmação dos objetivos estabelecidos na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos de Jomtien. Vigora o compromisso coletivo da comunidade internacional na busca de estratégias e métodos para garantir a satisfação das necessidades básicas no ensino de todas as crianças, jovens e adultos. (Educação para todos: Compromisso de Dakar, UNESCO, CONSED, 2001).

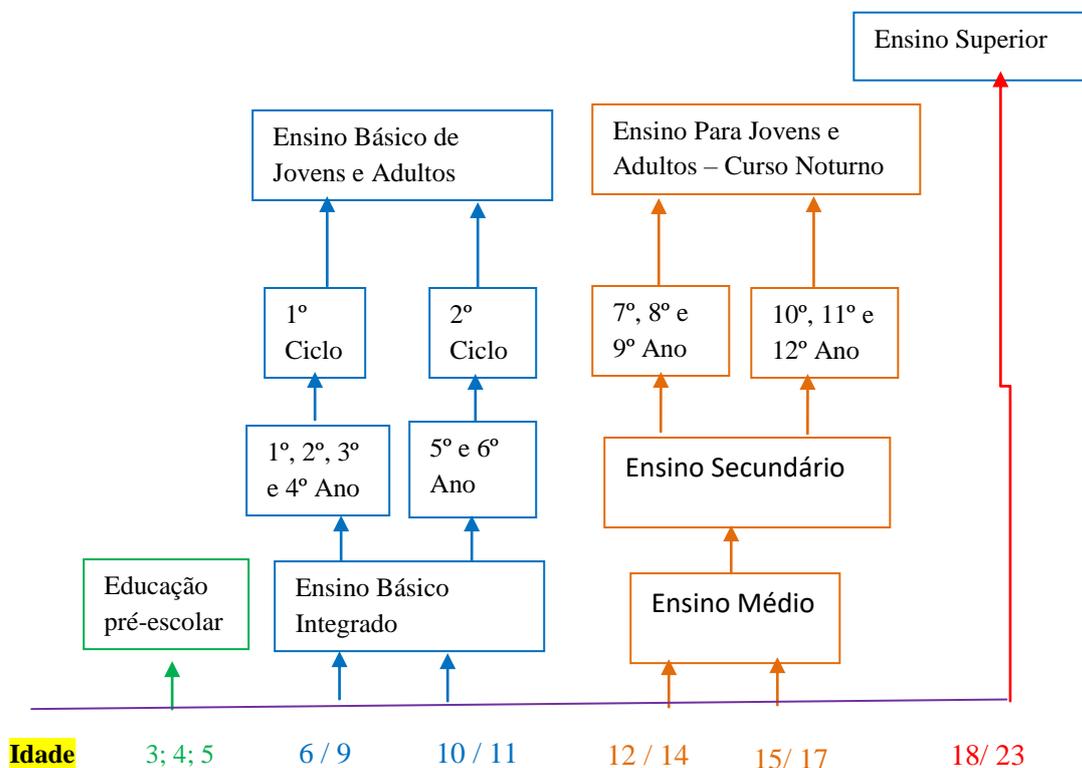
Dentro do setor educativo, as alocações e distribuições de despesas de STP em 1989 foram as seguintes: 38,3% para a educação primária, 20,4% para o nível básico-secundário, 7,1% para o pré-escolar, 3,6% para o pré-universitário, 3,6% para a educação de adultos. O percentual destinado à formação dos professores primários foi 1,6%, para a formação técnica-industrial foi 2,2% e para os serviços gerais foi 23,3%. Os gastos com pessoal foram cerca de 90% do orçamento total da educação, enquanto que o total da manutenção, materiais e utilidades foi cerca de 4%. Desde a mudança constitucional no final de 1990, apenas os primeiros sete anos de ensino (do pré-escolar ao 6º ano) tornaram-se gratuitos e obrigatórios. Foi também permitida a coexistência entre escolas privadas e escolas públicas (Banco Mundial, 2000).

#### 6.3.4 Tendências mais recentes do Sistema de Ensino em STP

Atualmente, o sector da educação em STP está sob a supervisão do Ministério da Educação (ME). O setor é regido pela Lei de Bases do Sistema Educativo de 2003.

De acordo com esta lei, o sistema de educação formal é composto por cinco níveis: 1º Nível - Pré-escolar; 2º Nível - Ensino fundamental; 3º Nível - Ensino médio; 4º Nível - Ensino Técnico e Educação Profissional, e 5º Nível - Ensino superior.

*Figura 8. Diagrama do Sistema Educativo Santomense*



Fonte: Departamento de Planificação e Estatística do Ministério de Educação, 2013:34

O primeiro nível de ensino é opcional, composto por uma pequena rede de infantários, localizados na sua maioria em áreas rurais, onde se matriculam crianças de 0-5 anos de idade.

O segundo nível localiza-se essencialmente nas zonas urbanas. Nestas escolas podem-se matricular crianças de 3-5 anos de idade.

O terceiro nível, de acordo com a lei, é gratuito, com duração de seis anos, e é dividido em dois ciclos: o primeiro ciclo é de quatro anos (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> classe), onde matriculam-se crianças com idades compreendidas entre 6-10 anos, e o segundo ciclo é de 2 anos (5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> classe), onde matriculam-se crianças entre os 11-12 anos. O ensino secundário é composto por dois ciclos de três anos. O primeiro ciclo, ou o ensino secundário geral, abrange do 7<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> ano; o segundo ciclo, ou o ensino secundário complementar, abrange do 10<sup>o</sup> ao 12<sup>o</sup> ano.

O ensino Técnico Profissional é oferecido atualmente por uma variedade de instituições. O Ministério da Educação tem a seu cargo o Centro Politécnico, que oferece cursos de formação profissional em várias áreas como: Construção Civil, Estruturas Mecânicas, Eletricidade, Automecânico e Sistemas mecânicos. Outros cursos de formação profissional estão sob supervisão de outro Ministério, o Ministério de Saúde e Assistência Social, o qual, por sua vez, administra o Instituto de Saúde (Formação de Enfermeiros e outras especialidades na área de saúde) e promove outros cursos, tais como: Construção Civil, Eletricidade, Eletrónica, Horticultura e Pintura.

O ensino superior é composto por uma instituição pública (Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe) e duas instituições privadas (Universidade Lusíada e Instituto Superior de Contabilidade e Gestão da Informação). O ensino superior oferece licenciatura e graus de mestrado em alguns cursos.

A principal missão do Instituto Superior Politécnico é preparar os professores para lecionarem no ensino secundário. Professores do ensino primário e pré-primário são treinados na Escola de Formação de Professores - EFOPE (PNUD - *Quality Education For All Project - Phase II*, 2010).

No que tange à qualidade do ensino, esta deixa muito a desejar, uma vez que se tem constatado a inexistência de inspeções escolares regulares, relatórios, inquéritos e supervisões para apoiar e melhorar a qualidade do ensino. Além disso, constata-se que as despesas com educação têm sido, nos últimos anos, relativamente elevada, estimada em 14% do total das despesas do Governo. No entanto, a eficiência na utilização dos fundos tem sido baixa (Banco Mundial, 1999-2001)

De acordo com o Banco Mundial, 2003: *“The education sector is characterized by a weak structure and organization which negatively impacts on the quality and efficiency of education. Almost one third of primary schools operate under a triple shift system which means that average class time is severely curtailed. The sector employs the largest group in the civil service but the ability of the Ministry of Education to use these human resources cost-effectively is hampered by its weak capacity for personnel planning and management, supervision of teachers and monitoring resource use. Teachers are de-motivated and untrained with their salaries corresponding to a mere 1.5 times the GDP per capita, and no career development path in place”.*

**Quadro 6: Evolução do Acesso à Educação em STP**

Anos	Número de Matriculas		Taxas de Matriculas	
	2001/2002	2010/2011	2001/2002	2010/2011
Níveis de Educação				
Primário	4.699	8.591	15.7	30.9
Básico	27.806	35.25	128.6	120.0(2012/13)
Secundário	7.347	25.052	42.6	58.5
Superior	N/D	Interno	N/D	N/D
		Externo		
		Vocacional		

INE/ME – STP, 2010.

São Tomé e Príncipe tem praticamente alcançado a educação primária universal e, com isso, a paridade de género. É seguro dizer que todas as crianças em STP conseguem ingressar no ensino primário, e a taxa de conclusão tem sido estimada em 100% (2011/12). Dados relativos às taxas de admissão mostram que, desde 2002/2003, a capacidade de alojamento para alunos do primeiro ciclo do ensino básico (1ª a 4ª

Classe) têm sido equivalente ou mesmo superior ao número de crianças da faixa etária (6-9 anos de idade). Para o segundo ciclo da educação primária (5ª e 6ª Classe), a partir do ano letivo 2010/2011, a capacidade de alojamento melhorou significativamente, devido à construção de novas instituições de ensino, tendo mesmo sido superior para crianças entre 10 e 11 anos.

STP também tem registado progressos quanto ao número de matrículas no ensino primário e secundário. A taxa de conclusão aumentou no ensino secundário em geral, alcançando 45,2% em 2010/11, ao contrário do que tinha sido registado em 2000/01 (19,8%). A taxa de transição entre o ensino primário e secundário é de 97%.

*Quadro 7: Taxa de Inscrição em Diferentes Classes do Ensino Fundamental entre 2002-03 e 2010-11*

Graus	1º Classe	2º Classe	3º Classe	4º Classe	5º Classe	6º Classe
Ano/Letivo						
2002-03	111.6%	107.5%	102.6%	97.9%	78.8%	62.0%
2003-04	113.3%	109.4%	107.6%	97.8%	86.9%	76.7%
2004-05	113,80%	114.0%	106.0%	102.9%	86.2%	76.6%
2005-06	102.2%	110.3%	106.8%	100.2%	88.6%	72.9%
2006-07	116.5%	98.4%	102.3%	99.2%	88.3%	74,00%
2007-08	118.9%	111.2%	101.8%	1003.0%	91.3%	78.4%
2008-09	131.4%	146.1%	117.3%	97.2%	99.4%	85.1%
2009-10	119.2%	120.6%	119.3%	128.8%	95.3	87.3%
2010-11	113.1%	117.4%	120.2%	121.7%	121.9%	115.8%

INE/ME – STP, 2010

Com atenção ao quadro, pode-se constatar que tem havido uma melhoria significativa na taxa de inscrição desde o ano letivo 2002/03 até ao ano letivo 2010/11, fruto do esforço no desenvolvimento de relações entre o Estado e as suas parcerias privadas, Organizações Não-Governamentais e Organizações Internacionais, no cumprimento dos objetivos do Desenvolvimento do Milénio e do Marco Dakar. Essa melhoria deve-se a dois factos importantes: primeiro, deve-se ao facto de o Ministério da Educação ter disponibilizado autocarros escolares, que servem aos alunos do norte ao sul do país. Os estudantes pagam uma taxa mensal para usufruir deste serviço e, para os alunos carenciados, após a comprovação do seu estado, é proposta uma redução ou até mesmo a isenção da taxa mensal. Segundo, a construção de novas escolas veio diversificar a oferta, de forma a descentralizar as instituições escolares, as quais no passado se

concentravam nos centros urbanos. Apesar destas importantes realizações em termos de acesso à educação, o sistema educacional ainda enfrenta desafios no que diz respeito à sua eficiência, qualidade e governança, como citado em *Quality Education For Project – Phase II*, 2013: “*Repetition rates have substantially decreased at all levels of education over the last years, but they still remain high. In primary education the repetition rate was at 13.6 percent in 2012/13. In general secondary education the repetition rate was estimated at 22 percent in the same academic year*”.

### **6.3.5 Obstáculos à Melhoria do Ensino em STP**

São Tomé e Príncipe não possui um sistema de avaliação de aprendizagem, nem sistemas e programas que permitam ao país participar em qualquer avaliação regional ou internacional. Por isso, é difícil avaliar objetivamente a qualidade da aprendizagem dos estudantes. No geral, o ensino tem melhorado com a construção de novas salas de aula, equipadas com livros didáticos para todos os alunos do ensino primário e secundário, mas ainda existem cerca de 60% dos professores do ensino primário que não são qualificados. Estes últimos carecem de competências académicas e pedagógicas adequadas para lecionar e ensinar.

A formação de professores para os níveis de ensino pré-primária e primária sofreu uma interrupção quando foi encerrada a antiga escola de formação de professores em 1996, pelo que, por mais de dez anos, São Tomé e Príncipe não dispôs de uma instituição para a formação de professores. Novos professores foram recrutados a partir das escolas secundárias e enviados para as salas de aula do ensino pré-primário e primário. Em 2007/08, uma nova escola de formação de professores foi criada e, em 2010/11, 102 alunos foram matriculados em EFOPE.

Pode-se dizer que em São Tomé e Príncipe existem poucos atores eficazmente ativos no sector da educação. Os que existem promovem algumas parcerias bilaterais, como: Portugal, Brasil, Taiwan e China, além de alguma Instituições da ONU, nomeadamente a UNICEF e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Portugal apoia com intervenções para a qualidade do ensino secundário e a revisão curricular, colocando à disposição livros didáticos, equipamentos e materiais escolares para o funcionamento regular do ensino secundário. O Brasil apoia a formação de antigos e novos professores para lecionar no ensino secundário, os programas de alfabetização, para crianças e adultos, e a formação profissional. Taiwan e China têm sido ativos na construção de

instituições de ensino primário e secundário. A UNICEF tem apoiado com intervenções na educação infantil e o PMA fornece refeições para os alunos do ensino fundamental.

O financiamento promovido pelos atuais atores para a melhoria da educação em STP não consegue resolver todos os aspetos importantes do Plano Sectorial da Educação, mas tem fornecido recursos adicionais para que o projeto proposto possa complementar as intervenções e contribuir para preencher a lacuna de financiamento identificada no Plano.

### **6.3.6 Ensino Superior em São Tomé e Príncipe – Obstáculos**

Segundo o INE/STP – Característica Educacional da População, 2001, o ensino médio não é contemplado como um nível de formação segundo a Lei de Base vigente. Consideram-se indivíduos com formação média aqueles formandos saídos da Escola de Formação e Superação de Quadros Docentes, ou seja, aqueles que frequentaram um curso de formação para professores da educação pré-escolar e do ensino primário. Consideram-se ainda com formação média os indivíduos que frequentaram institutos de formação profissional ou de bacharelado no estrangeiro. A Lei de Base não contempla o ensino superior, sendo esta, entre outras, uma das razões da sua caducidade. Com efeito, o país herdou uma situação oriunda do tempo colonial, baseada na reduzida dimensão do território e no reduzido número da sua população, para assim justificar a inexistência de níveis de ensino que contribuíssem efetivamente para a promoção do desenvolvimento.

Desta forma, a formação superior de quadros santomenses foi feita exclusivamente no estrangeiro (Cuba e URSS, entre 1975 e 1990). Após as profundas alterações políticas e económicas que marcaram a queda do bloco socialista, verificou-se uma drástica redução na oferta de bolsas de estudo por parte daqueles países. Tendo em conta a grande procura pelo estudo superior e a incapacidade do país em fornecer este tipo de ensino, quer no interior, quer no exterior, foi sendo equacionada paulatinamente a possibilidade de desenvolvimento do ensino superior no país. Assim, criou-se em 1996 uma instituição universitária de carácter público, o Instituto Superior Politécnico (ISP/STP), através do Decreto N.º 88/96 do Ministério da Educação, Juventude e Desporto. O objetivo principal deste instituto foi organizar e lecionar cursos para a formação inicial de docentes e outros que fossem relevantes. O ISP fornece atualmente

a formação para professores de ensino secundário, nomeadamente nas áreas de Matemática, Ciências Naturais, Português, Francês, História e Geografia.

No entanto, vale ressaltar que São Tomé e Príncipe apresenta um padrão incomum em termos de despesa pública com a educação. O nível significativo de recursos destinados à educação esconde o fato de que uma parte substancial destes é destinada ao ensino superior, especificamente às bolsas de estudos no exterior. Em 2010, as despesas com o ensino superior absorveram cerca de 46,8% do orçamento do ensino recorrente, mas o Governo já está ciente de que este caminho de financiamento é problemático e insustentável a longo prazo. Uma diminuição gradual do número de alunos do ensino superior financiados no exterior está em andamento, para assim reduzir os montantes gastos e equilibrar as despesas entre os diferentes níveis de ensino (Características Educacionais da População - Instituto Nacional de Estatística - STP, 2003; *Quality Education For Project, Phase II*, 2013).

## **7 Conclusão**

O trabalho teve como finalidade analisar os impactos dos PAE no sector da educação em STP.

Na análise, identificamos três fases: antes da aplicação do PAE, apesar da crise da dívida já se ter manifestado e atingido o seu ponto alto em 1984, notava-se uma oscilação no sentido crescente do investimento do Estado na educação. Parte deste investimento era suportado pela parceria bilateral em educação com a ex-URSS e com Cuba. A segunda etapa foi marcada pela aplicação do PAE, quando se notou uma quebra significativa no OGE em face da educação, o que, por sua vez, foi explicado com cortes e contenção de despesas. A última fase foi marcada com uma melhoria económica, reforçada com os objetivos do Marco de Dakar e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, quando se verificou um aumento significativo nas despesas com educação por parte do Estado (INE/ME, PNUD, UNICEF – STP, 2000:3).

Em conformidade com as investigações realizadas e as consultas às diferentes fontes de informação disponíveis, verificou-se que os PAE, pelo seu carácter económico e os meios e métodos utilizados para alcançar os seus objetivos (equilíbrio das contas públicas e da balança de pagamentos), obteve resultados muito diferentes daqueles esperados. O insucesso dos PAE implementados no continente africano na década de 80 deveu-se à forma radical com que os mesmos foram impostos, sem que tenham sido consideradas as características sociais, políticas, culturais e económicas de cada país.

Como na maior parte dos países africanos, o sector social (saúde e educação) em STP ainda em construção à época de implementação dos PAE, estava muito vulnerável. Um programa inteiramente voltado à esfera económica, em claro menosprezo à componente social, revelou-se inviável para o alcance dos objetivos do PAE. Na esfera social, mais concretamente na educação, um dos principais objetos de investimento do Estado antes do PAE, os cortes e o desinvestimento do Governo ao longo de vários anos, produziu efeitos nefastos. Pode-se afirmar que as medidas implementadas comprometeram o sucesso, a quantidade, a qualidade e o funcionamento regular das escolas.

Depois desta fase de contenção e deterioração do sector da educação, após 1997, voltam a aumentar os investimentos na Educação. Foi implementada em 2003, a Estratégia de 10 anos (2003 a 2013). A mencionada estratégia abrangia todo o sector e destacava

quatro objetivos: estabelecer as bases para o bom funcionamento e a monotorização do ensino primário para o período de 6 anos, junto com a promoção de políticas para a integração de adultos nos programas de alfabetização; melhorar o acesso à educação, independentemente do nível de renda ou género; melhorar a aprendizagem e reduzir a repetição, através do reforço da qualidade dos insumos e da melhor gestão do sistema; melhorar a prestação de serviços, através de reformas políticas, institucionais e de capacitação.

Para atingir estas metas, o Ministério da Educação propôs aumentar a participação da educação no Orçamento Geral do Estado, o que, por sua vez, ajudou a aumentar e equipar as salas de aulas. Assim, foram eliminados progressivamente o ensino em dois ou três turnos, reduziu-se as disparidades regionais e de renda, retiveram-se mais professores, através de uma melhor formação e salários mais elevados, e descentralizou o sistema de ensino.

Em 2012, o Governo de STP preparou uma Carta de 10 anos para a Política de Educação (2012-2021), fornecendo os objetivos a longo prazo para incrementar as políticas que possam incentivar o desenvolvimento e o progresso do sector da educação. A Carta foi operacionalizada pelo Plano do Sector da Educação 2012-2021. As prioridades estabelecidas visam atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, melhorar a qualidade da educação em todos os níveis e melhorar a governança global do sector da educação. A Carta da Política de Educação foi aprovada no Fórum Nacional de Educação realizado em São Tomé em abril de 2012, onde reuniram-se vários intervenientes (Governo, parceiros de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil e cinco Organizações Não-Governamentais). A Carta da Política de Educação e o Plano do Sector da Educação foram aprovados pelo Governo no Conselho de Ministros ocorrido em 18 de julho de 2013.

Nos últimos anos, a frequência na educação pré-escolar aumentou, e constatou-se que existe um equilíbrio entre os géneros na frequência da educação pré-escolar (Estatísticas da Educação, Departamento de Planificação e Estatística do ME, 2013:34). De acordo com dados da Unesco, 47% das crianças da faixa etária visada tiveram acesso à educação pré-escolar (UNESCO, 2013:28).

São Tomé e Príncipe apresentam uma taxa de alfabetização de 95.5% na população jovem (15–24 anos de idade), uma taxa de alfabetização adulta de 89% e, para 2015,

uma taxa de 91%. Apresentam ainda um Índice de Desenvolvimento da Educação de 0.999, composto por quatro indicadores: taxa de alfabetização adulta; paridade de género na frequência do ensino primário e secundário; carácter universal da educação primária; e a sobrevivência na frequência escolar após a 5ª classe (UNESCO, 2010).

No entanto, apesar dos progressos continua a ser um sector com inúmeras carências. Os progressos alcançados nos últimos anos têm de ser vistos como o início de um longo caminho. Ora estes progressos só foram possíveis graças à conjuntura económica favorável que, a partir da viragem do século, faz aumentar as taxas de crescimento das economias africanas e de São Tomé. Outros fluxos financeiros provenientes da descoberta de reservas petrolíferas e da concessão de licenças de exploração, bem como a ajuda internacional permitiram sustentar níveis de investimento superiores às décadas anteriores. Esta conjuntura, bem como o reconhecimento dos impactos negativos dos PAE, permitiu uma inflexão das políticas de educação e um conseqüentemente reinvestimento. No entanto, estes avanços, extremamente frágeis podem ser reversíveis: ao planear para o futuro, é assim necessário olhar para o passado e retirar lições do ajustamento estrutural, nomeadamente sobre a importância do Estado no desenvolvimento do sector da Educação e no desenvolvimento.

## **Bibliografia**

- Abrahamson, P.** (1995). *Neoliberalismo e Ausência de Políticas Alternativas: Neoliberalismo, Pluralismo de Bem-estar e Configuração das Políticas Sociais - Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo*. Disponível em:  
<[http://www.sociology.ku.dk/research/research\\_groups/welfare-inequality-and-mobility/?pure=en%2Fpublications%2Fneoliberalisme-pluralismo-de-bemstar-e-configuracao-das-politicas-sociais\(89720f80-74c3-11db-bee9-02004c4f4f50\).html](http://www.sociology.ku.dk/research/research_groups/welfare-inequality-and-mobility/?pure=en%2Fpublications%2Fneoliberalisme-pluralismo-de-bemstar-e-configuracao-das-politicas-sociais(89720f80-74c3-11db-bee9-02004c4f4f50).html)>.
- Afonso, A.** (2012). *Vendedoras no sector informal de Luanda: sobrevivência e entreaajuda em contexto de liberalização económica* (tese de doutoramento em Estudos Africanos). Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Ciências Políticas e Políticas Públicas, Lisboa.
- Almeida Santos, A.** (2005). *A Difícil Construção do Estado nos Novos Países Africanos*. Viseu: Instituto Piaget Editora.
- Alves da Rocha, M. J.** (2006). *Economia dos Palop - Seminário Internacional sobre a Economia dos Palop*. Viseu: Instituto Piaget Editora.
- Alves, S.** (2002). *Programa de Ajustamento Estrutural na Óptica do Papel do Estado na África a Sul de Saara* (tese de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- Bragança, Albertino.** (2011). *Um Clarão Sobre a Baía*. Tipografia Lousanense Lda, Março 2011.
- Braulio Loureiro, R.** (2010). *O Contexto Neoliberal, as Recomendações Educacionais do Banco Mundial como Resposta à Crise do Capital*. Revista Online de Educação e Ciências Humanas, Espaço de Interlocação de Ciências Humanas. Disponível em:  
<<http://www.verinotio.org/conteudo/0.26875767695602.pdf>>.
- Bürgenmeier, B.** (2009). *Economia do Desenvolvimento Sustentável*. Viseu: Instituto Piaget Editora.

- Caleiro, A.** (2010). *Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?*, Universidade de Évora, Departamento de Economia, Évora.
- Cardoso, M. J. P.** (2005). *Crise do Capital – Ajustamento Estrutural e as Reformas Educacionais Propostas pelo Banco Mundial*. Disponível em:  
<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Maria\\_Jos%C3%A9\\_Pires\\_BarrosCardozo215.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Maria_Jos%C3%A9_Pires_BarrosCardozo215.pdf)>.
- Cardoso, M. M.** (2004). *Educação/Formação/Investigação em São Tomé e Príncipe – Será uma Aposta do País no Caminho para o Desenvolvimento?* - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. Disponível em:  
<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaManuelaCardoso.pdf>>.
- Cardoso, M. M.** (2005). *Importância da Criação de infraestruturas e da formação de recursos humanos no desenvolvimento – Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Disponível em:  
<<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/642/1/Tese%20final.pdf>>
- Espírito Santo, A.** (1993). *Retrato Social de São Tomé e Príncipe: Angolares e União Nacional*. Porto: Porto Editora.
- Espírito Santo, S. N.** (2008). *Agricultura e Segurança Alimentar da África Sub-Sahariana - Caso Específico de São Tomé e Príncipe*, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Disponível em:  
<<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2501/4/Tese.pdf>>.
- Galvão, H; Selvagem, C.** (1998). *São Tomé e Príncipe – Agricultura e Desenvolvimento*, Boletim Geral das Colónias. 1ª Conferência Económica do Império Colonial Português, Portugal. Agência Geral das Colónias, Vol. XII - 133, 1936. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N133&p=247>>.
- Hayek, F.** (2008). *O Caminho da Servidão*, 6 ed., São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Neto, K.** (2015). *Inquérito: Programa de Ajustamento Estrutural*, São Tomé, Portugal e Inglaterra.

**Marconi, N.** (2017). *Política Económica do Desenvolvimento - O Desenvolvimento no Século XXI*, Instituto de Economia - UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/listar-videos/a-politica-economica-do-desenvolvimento-com-nelson-marconi>>.

**MOSCA, J.** (2005). *Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa: Editora Piaget.

**Mosca, J.; Zanzala, J.** (2006). *Economia dos Palop - Seminário Internacional Sobre a Economia dos Palop*. Viseu: Instituto Piaget Editora.

**Nogueira, J.** (2007). *Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos - Método de Planeamento e Avaliação*. São João de Estoril: Príncípa Editora.

**Oureiro, José.; Paula, Luiz.; Marconi, Nelson** (2015), *A Teoria Económica na Obra de Bresser – Pereira, Editoraufsm, Oeiras 2015*.

**Passet, R.** (2000). *A Ilusão Neoliberal - O Homem é Jogoete ou Actor da História?*, Lisboa: Terramar Editora.

**Samuelson, P. A.; Nordhaus, W. D.** (1999). *Economia*, 16 ed., McGraw-Hill.

**Seibert, Gerhard** (1998), *São Tomé e Príncipe: Instabilidade Política e Crise Económica num Micro-Estado Insular*, Oficina dos CES, Centro de Estudos Sociais – Coimbra. Online em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/122.pdf>

**Shiefer, U.** (2007). *Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos - Método de Planeamento e Avaliação*. São João de Estoril: Príncípa Editora.

**Vaz Oliveira, M.** (2015). *Evolução da Inspeção da Educação em São Tomé e Príncipe: Contributo para a Melhoria da Qualidade da Educação nas Escolas*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Instituto de Educação, Lisboa. Disponível em: <[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6701/Tese\\_format.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6701/Tese_format.pdf?sequence=1)>.

**Viegas, F; Bonfim, H.** (2008). *Educação, Qualidade e Barreiras: Programa de Alfabetização – Visão Conjunto da Situação do País – Avaliação*. Disponível em: <[http://www.uil.unesco.org/fileadmin/multimedia/uil/confintea/pdf/National\\_Reports/Africa/Africa/Sao\\_Tom\\_-et-Principe.pdf](http://www.uil.unesco.org/fileadmin/multimedia/uil/confintea/pdf/National_Reports/Africa/Africa/Sao_Tom_-et-Principe.pdf)>.

## Documentos Oficiais

**Banco Mundial** (1987). *Sao Tome and Principe, Joint IDA-IMF, Staff Advisory Note on the Poverty Reduction Strategy, First Annual Progress Report*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/463201468305060140/pdf/37319.pdf>>.

\_\_\_\_\_ (1992). *Staff Appraisal Report: Democratic Republic of São Tome and Principe – Health and Education Project, Population and Human Resources*.

Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/en/976571468107052835/pdf/multi0page.pdf>>.

\_\_\_\_\_ (1993). *Democratic Republic of Sao Tome and Principe - Country Economic Memorandum and Key Elements of an Environmental Strategy*. Disponível em: <<http://documents.banquemondiale.org/curated/fr/994121468777570103/pdf/multi0page.pdf>>.

\_\_\_\_\_ (1994). *Project Completion Report Sao Tome and Principe, First Structural Adjustment Credit and African Facility Credit, Country Operations Division, Western Africa Department, Africa Regional Office*. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/en/697671468304808112/pdf/multi0page.pdf>>.

\_\_\_\_\_ (1997). *Implementation Completion Report Democratic Republic of Sao Tome and Principe, SAC II*. Disponível online em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/pt/317841468303884304/text/multi0page.txt>>

.

\_\_\_\_\_ (2000). *Memorandum of the Presidency: International Development Association to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for São Tome and Principe*. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/en/830521468781528277/pdf/multi-page.pdf>>.

\_\_\_\_\_ (2013). *Quality Education for all – Project PHASE II. Education Sector Unit for East and Southern Africa*. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/en/479301468304184173/pdf/780460PAD0P1460C0disclosed012030130.pdf>>.

\_\_\_\_\_ (2013). *Report N° 78046-ST*. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/en/479301468304184173/pdf/780460PAD0P1460C0disclosed012030130.pdf>>.

**Caixa Geral de Depósitos** (2014). *São Tomé e Príncipe - Oportunidades e Potencial de Desenvolvimento, Internacionalização da Economias – Lisboa*. Disponível em:

<<http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>>.

**Instituto Nacional de Estatística São Tomé e Príncipe** (1994-2006). *São Tomé e Príncipe em Número, Educação*. Disponível em:

<[http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG66\\_03.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG66_03.pdf)>.

\_\_\_\_\_ (2012). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação*. Disponível em:

<<http://www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/TemasRGPH2012/11CARACTERISTICAS%20EDUCACIONAIS%20%20DA%20POPULACAO%20Recenseamento%202012.pdf>>.

\_\_\_\_\_ (2012). *Atividade Económica - Distribuição da População por Género*.

Disponível em: <<http://www.ine.st/economia.html>>.

\_\_\_\_\_ (2012). *Evolução da População de São Tomé e Príncipe, 1970 a 2012*.

Disponível em:

<<http://www.ine.st/Documentacao/InformacoesEstatisticas/Demograficas/22.pdf>>.

**Ministério da Educação, Cultura e Formação** (2011-2012). *Boletim Estatístico: Rede Escolar, População Estudantil, Pessoal Docente, Espaço Físico*. Disponível em:

<<http://www.ine.st/Documentacao/Dados/Educacao/BOLETIM%20ESTAT%20vr%202011-2012%20Final.pdf>>.

**PNUD, ONU** (2017). *Lista de Países por Índice de Desenvolvimento Humano*.

Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_%C3%8Dndice\\_de\\_Developmento\\_Humano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano)>.

**UNDP, ONU** (2002). *Relatório do Desenvolvimento Humano - São Tomé e Príncipe*.

Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/sao\\_tome\\_2002\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/sao_tome_2002_pt.pdf)>.

\_\_\_\_\_ (2014). *Preparação para a Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento – São Tomé e Príncipe*. Disponível em:

<<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1144238Sao%20Tome%20and%20Principe-RELATORIO%20SIDS%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>>.

**UNESCO, ONU** (2008). *AlfaSol: Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe*.

Disponível em:

<[http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/workshops/3-3/confinteavi\\_ws3-3\\_alfasol\\_pt.pdf](http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/workshops/3-3/confinteavi_ws3-3_alfasol_pt.pdf)>.

\_\_\_\_\_ (2010). *Reaching the Marginalized - Monitoring Report Education*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001866/186606E.pdf>>.